

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Gabriela Gomes

PLANEJANDO O FUTURO: programa de preparação e educação para aposentadoria
(PPEA)

**Juiz de Fora
2025**

Gabriela Gomes

PLANEJANDO O FUTURO: programa de preparação e educação para aposentadoria
(PPEA)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito para
obtenção de grau de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof. Ma. Sandra Rodrigues dos Santos

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gomes, Gabriela.

Planejando o Futuro: Programa de Preparação e Educação para
Aposentadoria / Gabriela Gomes. – 2025.
86 f.

Orientador: Sandra Rodrigues Dos Santos
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Aposentadoria. 2. trabalho. 3. projetos de vida. 4. capitalismo. I.
Dos Santos, Sandra Rodrigues , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Gabriela Gomes
Matrícula Discente	201968003
Título do TCC	PLANEJANDO O FUTURO: programa de preparação e educação para aposentadoria (PPEA)
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Ma. Sandra Rodrigues dos Santos
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	15 de agosto de 2025.
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dra. Joseane Lima Dra. Renata Mercês Oliveira de Faria

Aaprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 06 de agosto de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Rodrigues dos Santos, Professor(a)**, em 19/08/2025, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2537303** e o código CRC **7A6AFF50**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: () presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão () pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Planejando o Futuro: Programa de Preparação e Educação para Aposentadoria** , para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL , pelo(a) discente **Gabriela Gomes** (matrícula 201968003), sob orientação da Prof.(a) Ma. Sandra Rodrigues dos Santos, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 15 dias do mês de agosto do ano de 2025 , às 17 horas, na sala 6 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

Titulação	Nome	Na qualidade de:
Ma.	Sandra Rodrigues dos Santos	Orientadora
Dra.	Renata Mercês Oliveira de Faria	Membro da Banca
Dra.	Joseane Lima	Membro da Banca

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

() APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 90,0 (noventa pontos).

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de (colocar o nome do curso), deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 06 de agosto de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Rodrigues dos Santos, Professor(a)**, em 19/08/2025, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Barbosa de Lima, Professor(a)**, em 19/08/2025, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Mercês Oliveira de Faria, Técnico Administrativo em Educação**, em 19/08/2025, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **gabriela gomes, Usuário Externo**, em 19/08/2025, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2537277** e o código CRC **95CEBD93**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, a Deus, que através da minha fé em Jesus, fez grandes milagres em minha vida e me proporciona viver todos os meus sonhos.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora pela oportunidade de ter realizado o meu sonho e, através do meu mérito, consegui me formar no curso superior em uma universidade pública de qualidade.

Agradeço a Renata Mercês Oliveira de Faria por ter se disposto a fazer parte desse processo comigo desde o TCC 1, que me proporcionou aprender com toda sua trajetória profissional rica e inspiradora como Assistente Social. Agradeço também à minha supervisora de estágio, Sabrina Alves Ribeiro Barra Tavares, que tanto me inspira, comprometida com os usuários, em defesa do Projeto Ético Político Hegemônico da profissão. Espero que em minha jornada profissional possa reproduzir todo conhecimento que ela plantou dentro de mim.

Agradeço, com todo meu amor, à minha família: a minha mãe, Sirlei, por todo sacrifício desempenhado para minha criação, com tanto amor e carinho, sempre me colocando como prioridade em sua vida. Ao meu pai, Fernando, agradeço por tudo que sou, pois todos meus sonhos só aconteceram até aqui pelo fato dele me mostrar que eu era capaz e que eu teria sempre seu apoio e amor infinito. Agradeço ao meu esposo, Gabriel Fidelis, por todo apoio e esforço diário, inspirando-me todos os dias a correr atrás de uma vida melhor, lidando com os meus sonhos como se fossem os dele, dando o seu melhor pela nossa família.

Aos meus avós, Maria e Pedro, agradeço por estarem presentes em todos os momentos mais importantes da minha vida, torcendo e orando, nunca esquecerei todo o amor que vocês sempre tiveram por mim. Agradeço à vovó Lalá e ao vovô Zezé, gostaria de ter vivido mais momentos ao lado de vocês, mas sei que estariam orgulhosos do meu pai, Fernando, e da família linda que ele construiu.

Agradeço a todos os meus tios e primos por todo carinho comigo e pelas boas risadas, guardarei para sempre em meu coração, em especial agradeço a Braz, Carolina, Paulo, Sebastião, Sirlei, Carina, Larissa. Agradeço aos meus amigos, Ludmylla e Davi, por estarem na minha vida desde crianças, ajudando um ao outro e acompanhando toda minha evolução como pessoa, fazendo parte disso com seus conselhos, parceria e boas risadas, e com tanto carinho e amor escolhem fazer parte de minha vida.

RESUMO

O trabalho analisa o programa de Preparação Educação Para Aposentadoria (PPEA), que surgiu no Brasil no final da década de 1980 como resposta às demissões de trabalhadores mais velhos, especialmente em contextos de fusão organizacional. O estudo teve como objetivo analisar a importância do PPEA em proporcionar aos trabalhadores em idade mais avançada informações fundamentais sobre a aposentadoria, auxiliando-os a refletir criticamente sobre um novo projeto de vida e identificar atividades significativas após a saída do mercado de trabalho. Por meio de revisão bibliográfica, foi possível compreender que o programa contribui para que os participantes passem por essa transição com menor sofrimento e mais otimismo. O estudo, através das referências bibliográficas, evidencia que o planejamento para aposentadoria envolve perdas e ganhos, sendo que o programa atua como ferramenta de mediação, favorecendo atitudes mais positivas frente à nova fase da vida com a saída do trabalho. Entre os ganhos, destacam-se a liberdade, o tempo para o lazer e os relacionamentos familiares, entre as perdas, os vínculos profissionais, os aspectos emocionais do trabalho e a diminuição dos recursos financeiros.

Palavras chaves: Aposentadoria, Trabalho, Projetos de Vida, Capitalismo.

ABSTRACT

The work analyzes the retirement education preparation program (PPEA), which emerged in Brazil in the late 1980s as a response to the layoffs of older workers, especially in contexts of organizational mergers. The study aimed to analyze the importance of the PPEA in providing older workers with fundamental information about retirement, helping them to critically reflect on a new life project and identify meaningful activities after leaving the job market. Through a literature review, it was possible to understand that the program helps participants go through this transition with less suffering and more optimism. The study, through bibliographical references, shows that planning for retirement involves losses and gains, with the program acting as a mediation tool, favoring more positive attitudes towards the new phase of life with leaving work. Among the gains, freedom, time for leisure and family relationships stand out, among the losses are professional bonds, emotional aspects of work and the decrease in financial resources.

Key words: Retirement, Work, Life projects, Capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A APOSENTADORIA EM QUESTÃO.....	16
1.1 Apontamentos iniciais.....	16
1.2 Transformações históricas do capital e suas repercussões sobre o trabalho.....	20
1.3 Alienação na sociedade capitalista.....	23
1.4 Notas sobre a particularidade do capitalismo no brasil.....	29
1.5 Direitos trabalhistas na lógica do capital no Brasil.....	34
CAPÍTULO II - REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE PREPARAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA APOSENTADORIA (PPEA) EM UMA SOCIEDADE MARCADA PELAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO.....	45
2.1 A identidade sob o peso da alienação no capital.....	45
2.2 Aposentadoria entre crise e liberdade.....	53
2.3 Promoção da saúde na vida do trabalhador.....	58
2.4 Planejamento financeiro e previdenciário.....	69
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre a importância e a relevância dos Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria (PPEA) na sociedade brasileira surgiu através da minha experiência no estágio realizado na Coordenação de Saúde, Segurança e Bem Estar (COSSBE), que tem como público alvo os servidores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Na COSSBE, participei do projeto de extensão vinculado à Faculdade de Serviço Social, relacionado ao PPEA. Embora o foco deste trabalho não seja o programa específico da instituição, ele se propõe a ampliar as reflexões sobre a relevância do PPEA para os servidores públicos, destacando sua importância para a promoção da qualidade de vida no âmbito da saúde do trabalhador.

Os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria (PPEA) são regulamentados pela Lei 8.112/1990, em seu artigo 230, que prevê como diretrizes básica o implemento de ações preventivas; pela Política de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público federal - PASS, intitulada pelo Decreto 6.833, de 29 de abril de 2009, o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU, 2002); pela Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), que propõe a criação destes nos setores públicos e privados, com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento; e pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que estimula que programas dessa natureza, devam ser realizados, preferencialmente, com antecedência mínima de um ano, com o intuito de incentivar o pré-aposentado a realizar novos projetos sociais conforme interesses e afinidades pessoais, esclarecendo também seus direitos legais, entre outros marcos legais que contribuem para a temática.

É importante destacar que, no espaço público, existem leis e normas que reconhecem os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria (PPEA) como um direito assegurado, o que impõe às instituições a responsabilidade de efetivá-lo, sendo uma obrigação legal e social para garantir aos trabalhadores a preparação necessária para esse momento de transição. Nesse sentido, o PPEA é um projeto realizado dentro de algumas instituições públicas, respaldado por normativas legais, e se estrutura a partir da criação de uma equipe multidisciplinar de profissionais para atuar no planejamento, implementação, coordenação, avaliação e execução do programa e, através disso, realizar o levantamento do público-alvo, incluindo a análise do perfil e da necessidade específica dos servidores em fase de preparação para a aposentadoria.

Por meio de coleta de dados, se constrói um cronograma com as datas dos encontros, podendo ser presenciais, híbridos ou a distância, além da determinação do tempo de duração de cada encontro e de quantos encontros serão no total. Os encontros são separados por eixos temáticos como autonomia financeira; tempo livre e lazer; rede social e aposentadoria, entre outros, e dentro deles são realizados palestras, seminários, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, apresentações culturais, entre outras atividades.

No subitem ‘identidade sob o peso da alienação no capital’, observou-se que a literatura específica do Serviço Social, sob uma perspectiva crítica, é ainda bastante escassa. Diante dessa lacuna, optou-se por recorrer a autores de outras áreas que abordam a questão da identidade. Essa limitação de estudos ocorre pelo predomínio de abordagens por vezes psicologizantes, o que restringe a apreensão mais ampla do conceito de identidade.

A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica de natureza descritiva. A escolha dos autores e biografias utilizadas foi realizada através dos eixos temáticos que orientam o trabalho, como: o trabalho, capitalismo e precarização; a previdência social, políticas públicas e contrarreformas; os programas de preparação e educação para a aposentadoria; aposentadoria e relações familiares; envelhecimento, saúde e qualidade de vida; questões econômicas e financeiras ligados a aposentadoria.

O objetivo geral foi analisar de que maneira os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria (PPEA) favorecem a ressignificação da aposentadoria. Para aprofundar a discussão, o trabalho propôs como objetivos específicos: investigar o impacto da aposentadoria na relação entre identidade e trabalho; explorar a reconstrução de projetos de vida; compreender o papel dos hábitos saudáveis na saúde física e mental; analisar os efeitos sobre as relações sociais e familiares; e refletir sobre os desafios enfrentados pelos aposentados diante da perda salarial e das reformas da previdência.

Assim, tem-se como problema a compreensão sobre o impacto que o PPEA tem sobre os servidores públicos devido às dificuldades dos trabalhadores na transição para a aposentadoria, onde muitos enfrentam desafios emocionais, financeiros e sociais, ao se desligarem do mercado de trabalho. Com a falta de preparo, o medo da ociosidade, a perda de vínculos construídos no ambiente profissional e a insegurança quanto à renda futura tornam essa fase difícil para grande parte dos aposentados.

A hipótese inicial foi a de que a participação dos servidores públicos nesses programas incentiva a reflexão sobre esse momento de vida, auxiliando na organização

financeira, nos vínculos sociais e familiares, na promoção da saúde e na construção de novos projetos de vida. No decorrer do trabalho identificamos que a abrangência do PPEA, se dá em sua grande parte em instituições públicas como na Universidade Federal de Juiz de Fora, não abrangendo os trabalhadores na sociedade como um todo. Não sendo, portanto, um programa universalizado nas instituições e sociedade.

Embora os programas de preparação e educação para a aposentadoria incentivem reflexões importantes acerca da saúde, vínculos sociais e da construção de novos projetos de vida na vida dos servidores públicos, alguns elementos não poderão ser plenamente contemplados, como a dimensão financeira, que é marcada por condicionamentos estruturais da sociedade capitalista, em que as perdas salariais limitam a autonomia do aposentado.

Além disso, verificou-se que, mesmo com o incentivo dos programas de estímulo ao fortalecimento dos vínculos familiares, muitos aposentados não encontram mais esse apoio na prática. Uma limitação relevante a ser destacada é a ausência da universalização dos programas, uma vez que nem todas as instituições implementam a iniciativa. Tal fato restringe sua abrangência e contribui para a desigualdade de acesso.

Percebe-se que um dos temas que tem recebido grande atenção é o planejamento para a aposentadoria. As questões previdenciárias, atuariais e financeiras, além dos aspectos psicossociais, de educação e de gestão, precisam ser abordadas (França et al., 2019). Por se tratar de uma estratégia essencial ao bem-estar na aposentadoria, o planejamento deve ser estimulado desde o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, podendo ser realizado individualmente ou por meio de ações e programas desenvolvidos pelas organizações.

O envelhecimento da população e, consequentemente, o aumento na expectativa de vida têm fomentado discussões no cenário mundial sobre como vivenciar essa fase de forma promissora (Murta et al., 2014). Nesse período da vida, após anos dedicados ao processo de trabalho, muitos desejam se desvincular de atividades laborais rotineiras, utilizando-se da aposentadoria para esse fim (Murta et al., 2014).

A transição trabalho-aposentadoria implica mudanças no cotidiano, as quais variam de acordo com as circunstâncias financeiras, psicossociais e de saúde, resultando em reestruturações na identidade, nos relacionamentos e no sentido da vida (Silva; Melo, 2020). O afastamento do trabalho em função da aposentadoria representa para muitos trabalhadores um novo começo e uma oportunidade de realizar projetos que não foram possíveis em razão do tempo dedicado ao trabalho formal (Murta et al., 2014).

Entretanto, a partir das reflexões de Murta et al. (2014), essa fase da vida pode ocasionar sofrimento como sentimento de insegurança, medo, depressão e desejo de finalizar com a própria vida, dificultando o processo de adaptação. Nesse sentido, Silva e Melo (2020) comprehende que o sucesso da aposentadoria depende de diversos fatores, sejam os financeiros, de saúde, psicossociais e de planejamento de atividades.

O estabelecimento de ações de atenção à capacidade funcional, social saúde e segurança dos trabalhadores e da pessoa idosa é legitimada no Brasil por meio de normatizações como a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) (Murta et al., 2014). As políticas públicas que preveem a implantação de Programas de Preparação para Aposentadoria – PPA e ações de promoção de saúde e qualidade de vida.

Através das reflexões de Silva e Melo (2020) depreende-se que ainda que seja uma mudança, na maior parte das vezes, voluntária e planejada, vivenciá-la não deixa de ser um processo imerso em expectativas e incertezas sobre o futuro. A identidade, o ajustamento dos padrões relacionais sociais e familiares e em como preencher o tempo livre agregando sentido à vida e, ao mesmo tempo, deixar para trás a rotina de trabalho de longos anos de vida produtiva (Silva; Melo, 2020).

A partir das reflexões de Silva e Melo (2020) tem se que além dos processos fundamentais desta transição, o cenário brasileiro de instabilidade econômica somado às mudanças sugeridas na reforma da previdência social vem promovendo mais inquietações quanto à decisão de solicitar a aposentadoria ou de continuar trabalhando. Questões como o aumento da idade mínima e a estipulação de um teto salarial do benefício para todos destacam a necessidade de desenvolver estratégias de enfrentamento que estimulem o envelhecimento saudável (Silva; Melo, 2020).

Para que possam ter melhores condições de saúde, tanto para trabalhar por mais tempo, quanto para usufruir da aposentadoria tardia, além de englobar o planejamento da vida financeira para o futuro (Silva; Melo, 2020). Desse modo, verifica-se a necessidade de (re)pensar e (re)definir os projetos de futuro, de encontrar novas fontes de satisfação, autoestima, desenvolvimento pessoal e, para alguns, de subsistência, portanto, a preparação nesta etapa é fundamental (Silva; Melo, 2020).

Para compreender os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria, o estudo proposto, no primeiro capítulo, o trabalho no modo de produção capitalista: a aposentadoria em questão, aborda os fundamentos históricos e teóricos que sustentam a centralidade do trabalho na constituição da vida social, trazendo o papel do trabalho no

processo de formação da sociabilidade capitalista, avança para análise das transformações históricas do capital e discute os conceitos de alienação e exploração como estruturantes da relação entre capital e trabalho, examinando a tensão entre os direitos trabalhistas conquistados historicamente e a lógica de acumulação do capital, revelando-nos os impactos dessas contradições na organização da aposentadoria.

Já no capítulo 2, apresenta-se as reflexões sobre os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria em uma sociedade marcada pelas contradições do capitalismo, aprofundando a análise sobre o papel do PPEA, em um cenário de intensificação da preparação do trabalho, abordando questões como a construção da identidade sob o peso da alienação e exploração do capital, os sentidos ambíguos da aposentadoria entre crise e liberdade, a promoção da saúde do trabalhador e a importância do planejamento financeiro e entendimento sobre os direitos previdenciários, apontando que o PPEA, não atua somente com informações práticas mas também no campo subjetivo e emocional.

Portanto, a partir deste estudo, observamos que o processo de transição para aposentadoria representa uma etapa complexa na trajetória de vida do trabalhador, marcada por desafios emocionais, sociais e financeiros. Diante disso, o PPEA se apresenta como uma ferramenta fundamental para apoiar os indivíduos nesse momento, promovendo reflexões e planejamento, sendo possível identificar que a atuação educativa do programa pode minimizar o impacto negativo da ruptura dessa etapa.

CAPÍTULO I - O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A APOSENTADORIA EM QUESTÃO

1.1 Apontamentos iniciais

Pensar na aposentadoria, antes de tudo, faz-se necessário analisar todo o processo estrutural em que os indivíduos estão inseridos em uma sociedade marcada pelo capitalismo ao longo de toda sua trajetória de vida. Primeiramente, deve-se analisar o trabalho em seu caráter ontológico. A partir da concepção marxista, compreende-se que o trabalho carrega um sentido ontológico, relacionando-se à produção da existência humana, como elemento fundante do ser social, ao qual se vinculam todas as demais atividades humanas (Ribeiro, 2019).

De acordo com Pereira, Dolci e Costa (2016), conhecendo as leis da natureza, o homem a transforma e a domina. Este processo dialético implica diretamente na

transformação do homem, ou seja, na mudança ontológica em sua natureza, transformando-o de ser natural em ser social. Assim, Ribeiro (2019) discorre que desde os primórdios da existência humana, o homem trabalha para produzir sua existência e, ao longo da história, cria meios e/ou instrumentos para facilitar-lhe o trabalho, bem como novas formas de organização social.

Entretanto, comprehende-se que o trabalho é um processo dialético em que o homem e a natureza estão inseridos (Pereira, Dolci e Costa, 2016). O homem transforma a natureza por sua própria ação, mediada pelo trabalho, com o objetivo de torná-la útil à vida humana. Pois o trabalho, em sua realização cotidiana, possibilitou que o ser social se diferencie de todas as formas pré-humanas presentes, por exemplo, nos animais (Antunes, 2006).

O trabalho, enquanto fundamento ontológico do ser social, produz as condições materiais objetivas e subjetivas necessárias à existência do homem dentro da organização social, portanto, o trabalho tem como característica essencial atender às necessidades da coletividade (Pereira; Dolci; Costa 2016). Nesse viés, Ribeiro (2019) analisa que o trabalho é um processo de interação entre o homem e a natureza, no qual o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

De acordo com Marx (2013), “como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” Por isso, Antunes (2006) argumenta que o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição para sua existência social e como criador de valores de uso, é o trabalho uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade.

Portanto, o trabalho é a mediação fundamental e necessária à existência humana. Esse processo de “humanização” do homem tem consequência direta sobre ele: a ruptura do ser natural, para o ser social. Para Pereira, Dolci e Costa (2016), ao realizar o processo de transformação da natureza, o homem inverte a sua relação com a mesma: de dominado pela natureza, passa a dominá-la e submetê-la, desenvolvendo nela potencialidades possíveis. Por isso,

Embora o trabalho seja uma categoria imprescindível no processo de humanização do homem, a existência humana não se resume ao trabalho, pois, a existência do ser social é formada por conjunto de relações sociais (complexos), e o trabalho é uma categoria social, porém, sem sua mediação a

reprodução social estaria comprometida, não seria possível. Todavia, é importante destacar que mesmo a existência do homem não se resumindo ao trabalho é ele a categoria, no mundo dos homens, que faz a mediação entre a natureza e a sociedade (Pereira; Dolci; Costa, 2016, p.149).

Nesse sentido, Karam, Pereira e Minasi (2020) abordam que o reconhecimento do homem enquanto ser social não é a defesa do desaparecimento da natureza, mas sim a afirmação de sua distinção ontológica em relação à natureza. O ser social é parte da natureza, sendo importante ressaltar que a relação indissociável natureza/homem não pode ser entendida como uma relação de igualdade entre ambos: homem e natureza possuem ontologias distintas.

De acordo com Pereira, Dolci e Costa (2016), esta concepção é fundamental, pois articula a especificidade do ser social com a totalidade. O caráter fundante do trabalho não nega sua unidade, porém firma a distinção ontológica entre ambos. Portanto, a troca material homem/natureza que garante a reprodução social não se dá sem o trabalho, daí ser o trabalho essencial no salto ontológico do ser social em relação à natureza, e a ação do homem sobre a natureza implica transformá-la em mundo social.

De acordo com Marx (2013), para compreender o trabalho no modo de produção capitalista deve-se considerar o duplo caráter do trabalho expresso nas mercadorias, quais sejam, o trabalho concreto, útil, produtor de valores de uso, e o trabalho abstrato, fonte substantiva de valor, trabalho produtor de valor, que condensa a energia humana no processo de produção capitalista. É a massa de atividade posta nas mercadorias que põe valor para o processo de troca. Troca essa, da mercadoria produzida, por um equivalente geral, o dinheiro.

A forma mercadoria dinheiro, que ocorre na realização do mais-valor produzido no processo de produção, deve ser reposta novamente no processo de produção de novas mercadorias para ampliação do capital industrial. Ou seja, na reprodução ampliada do capital, mantendo a contento, o processo de acumulação do capital. Em contrapartida, o trabalhador, proprietário da força de trabalho, produtora da riqueza, é vendida em troca de um salário correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do trabalhador e de sua família.

Sendo assim, ainda segundo Marx (2013), no modo de produção social capitalista, o valor de uso da mercadoria se constitui em canais materiais para a implementação e consolidação do valor de troca (veículo pelo qual é transportado o valor). Embora toda a mercadoria tenha valor de uso, e esta qualidade seja o valor real

da mercadoria, na troca esse valor é suprimido, restando a ela (a mercadoria) o trabalho.

Descartado o valor de uso da mercadoria, num movimento de abstração, o que resta é o produto do trabalho humano, o valor, comum a todas as mercadorias. Pode-se afirmar que a mercadoria possui valor porque nela está corporificado o trabalho humano (abstrato), isso significa dizer que a grandeza de valor de uma mercadoria está determinada pela quantidade de tempo de trabalho nela contida. Desta forma, trabalho concreto e trabalho abstrato formam uma unidade de complexos. Diferentes, porém complementares. Na sociedade capitalista, um não existe sem o outro.

Já o fetichismo das mercadorias é resultado do caráter social do trabalho que produz a mercadoria. O caráter útil das mercadorias não tem nada de misterioso. Cadeira é cadeira.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores (Marx, 2013, p. 147).

Dessa forma, pensar na aposentadoria implica reconhecer que ela não é uma questão individual, mas é resultado de um processo histórico e social profundamente marcado pela lógica do capital. Ao longo da vida, os trabalhadores vivenciam relações de exploração, alienação que impactam diretamente sua forma de existir, produzir, reproduzir e se relacionar com o mundo e essas marcas não desaparecem com o fim da atividade laboral. Nesse sentido, o PPEA possui um papel fundamental ao reconhecer que aposentadoria é um processo que envolve dimensões subjetivas, sociais e materiais, contribuindo assim para a valorização do trabalhador, em um espaço de acolhimento, pois fortalece a autonomia dos indivíduos nesse processo.

Considerando esses apontamentos iniciais, no próximo tópico será abordado sobre as transformações históricas do capital e suas repercussões sobre o trabalho. Para compreender a aposentadoria, é fundamental analisar o percurso histórico que mudou o mundo do trabalho sobre a lógica capitalista.

1.2 Transformações históricas do capital e suas repercussões sobre o trabalho

O capitalismo pode ser dividido historicamente em três fases: capitalismo

comercial, capitalismo industrial e capitalismo monopolista-financeiro, a primeira fase, o capitalismo comercial ou o pré-capitalismo, estende-se do século XVI ao XVIII (Karam; Pereira; Minasi 2020). De acordo com Karam, Pereira e Minasi (2020), entende-se que se iniciou com as grandes navegações e expansões marítimas europeias, fase em que a burguesia mercante começa a buscar riquezas em outras terras, fora da Europa. A segunda fase, o capitalismo industrial, constitui-se no século XVIII, a Europa passa por uma mudança significativa no que se refere ao sistema de produção (Karam; Pereira; Minasi 2020).

Através de Karam, Pereira e Minasi (2020), infere-se que a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, fortalece o sistema capitalista e solidifica suas raízes na Europa e em outras regiões do mundo. A Revolução Industrial mudou o sistema de produção, ao inserir as máquinas no processo produtivo, substituindo o trabalho humano, gerou problemas como o desemprego, baixos salários, condições precárias de trabalho, poluição ambiental e acidentes ocupacionais (Karam; Pereira; Minasi 2020). Desse modo, a luz de Karam, Pereira e Minasi (2020), infere-se que a Revolução industrial se caracteriza pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada burguesa, essa contradição passa a permear toda a reprodução social, inclusive a antinomia indivíduo/sociedade, característica do mundo burguês.

O século XIX foi o momento decisivo desse processo de transformação da sociedade capitalista, a partir de 1850, houve um extraordinário desenvolvimento produtivo¹ no mundo ocidental (Karam; Pereira; Minasi 2020). Compreende-se com Karam, Pereira; Minasi (2020), que nesse período, o mundo ocidental se capitalista e a maioria dos países desenvolvidos transformou-se em economias industriais. Essa mudança alterou a vida dos trabalhadores, o espaço e as relações homem/homem e homem/natureza (Karam; Pereira; Minasi 2020).

A grande expansão econômica apresentou uma tímida, mas nova característica: o desenvolvimento produtivo estava espalhado geograficamente, porém não significava a descentralização das forças produtivas para além da Europa e dos Estados Unidos (Karam; Pereira; Minasi, 2020). A terceira fase, o capitalismo monopolista-financeiro, iniciada no século XX, tem no sistema bancário, nas grandes corporações financeiras e

¹ A reestruturação produtiva está baseada em aumento de produtividade, eficiência, qualidade, novas formas de tecnologia e de gestão, efetivando-se por intermédio das inovações tecnológicas (Abramides; Cabral, 2003).

no mercado globalizado, as molas mestras do desenvolvimento (Karam; Pereira; Minasi 2020).

Vivenciamos o apogeu da superfluidade da produção de mercadorias, não é difícil constatar que esse sentido é destrutivo em sua própria lógica: a financeirização da economia desmonta núcleos produtivos (Karam; Pereira; Minasi 2020). Convertendo-se na forma ‘mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista’, na felicíssima caracterização de Marx, a partir de 1970, por meio de um processo de reestruturação em escala global, o sistema capitalista visualiza a necessidade de uma reorganização (Karam; Pereira; Minasi 2020).

Para a recuperação do seu padrão acumulativo, visando repor a hegemonia que vinha perdendo no interior do processo produtivo, desde o final de 1960, particularmente na Europa Ocidental, ocasionado por um ciclo de lutas sociais (Karam; Pereira; Minasi 2020). Nesse momento, o trabalho foi reconfigurado e, na compreensão de várias modalidades de trabalho foram redesenhas, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa (Karam; Pereira; Minasi 2020).

Organizam-se distintas formas de empresas de cooperativismo, trabalho voluntário, entre outras tantas formas de trabalho precarizado, os variados modos de precarização refletem-se nos salários, na carga horária de trabalho, na flexibilização funcional ou organizacional (Karam; Pereira; Minasi 2020). Podemos afirmar, assim, que o capitalismo tem uma determinação imperativa, a autoexpansão, nada deve ser colocado entre ele (o capitalismo) e seu objetivo (produção de mais-valia), para o capitalismo, sua expansão é a determinação da ampliação da mais-valia (Karam; Pereira; Minasi 2020).

Ao subjugar a força de trabalho humana à condição de mercadoria, o capital efetivamente coloca o homem na condição de coisa e o submete a uma lógica implacável do mercado (Karam; Pereira; Minasi 2020). No modo de produção capitalista, as instituições dão à alienação uma dimensão jamais experimentada antes pelos homens, é nesse modo de produção que a alienação, própria da propriedade privada, é levada a todas as instâncias da sociedade e aos diversos níveis da atividade social humana (Karam; Pereira; Minasi 2020).

A consolidação da propriedade privada transforma o trabalho genérico e o homem. Nesse modo de produção, não há espaço para o homem enquanto ser-em-si e para-si, apenas para o homem/mercadoria/coisa (Karam; Pereira; Minasi 2020). Sendo o

mercado o determinante das regras, e essas regras estão sob a lógica da competitividade, não há, nesse modelo, possibilidade de avanço no sentido de proporcionar à classe trabalhadora a emancipação humana (Karam; Pereira; Minasi 2020).

As modificações no mundo do trabalho não transfiguravam somente o trabalho, em seu sentido ontológico inicial, mas também e concomitantemente o trabalhador, porque, dentro desse novo contexto, ele se viu/se vê sujeitado a vender sua força de trabalho para o capitalista (Karam; Pereira; Minasi 2020). Compreende-se através das reflexões de Karam, Pereira e Minasi (2020), a necessidade de compreensão da expressão “nova morfologia do trabalho”, que deve ser entendida a partir do novo carácter multifacetado do trabalho que vem se organizando na sociedade contemporânea. O Trabalho multifacetado e com diferentes potencialidades na nossa era reconfigurou o trabalho e a classe trabalhadora, nas últimas décadas, novas transformações e metamorfoses puderam e podem ser observadas no mundo do trabalho (Karam; Pereira; Minasi 2020).

Houve uma diminuição da classe operária tradicional, mas efetivou-se uma subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc (Karam; Pereira; Minasi 2020). Verificou-se com Karam, Pereira e Minasi (2020) que

Uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho, ressalta as diversas transformações que vêm acontecendo no mundo do trabalho no processo produtivo contemporâneo, caracterizadas, no atual período histórico, pelo processo de mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais.

Essas novas estruturas, baseadas na superexploração da força de trabalho, caracterizam-se pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e forte. Intensidade dos ritmos de trabalho, entre outros fatores e condições determinantes da precarização do trabalho (Karam; Pereira; Minasi 2020). Nesse contexto comprehende-se com Karam, Pereira e Minasi (2020) para um entendimento ampliado sobre a classe trabalhadora hoje, é necessário compreender essa classe como sendo o conjunto de seres sociais assalariados e desprovidos dos meios de produção, ou seja, o conjunto de seres sociais que vivem da venda da força de trabalho.

Portanto, a baixa remuneração da força de trabalho auxiliou na atração do fluxo de capital externo produtivo em nosso país, pois o interesse de capitais nacionais e

transnacionais se configura na interação da força de trabalho qualificada (Karam; Pereira; Minasi 2020). Com salários inferiores aos percebidos nas economias mais avançadas, sendo esse mais um dos fatores que evidenciam claramente as condições de trabalho fortemente precarizadas (Karam; Pereira; Minasi 2020).

Diante das transformações históricas analisadas, no próximo tópico será abordado os conceitos de alienação e exploração na sociedade capitalista. Mesmo porque tais categorias são centrais para compreender como o trabalhador se insere nesse processo e quais os impactos disso em sua trajetória laboral e subjetiva.

1.3 Alienação na sociedade capitalista

Na medida em que cria mercadorias em geral, o trabalho torna-se mercadoria, assim como converte em mercadoria aquele que trabalha, o trabalhador, no processo de trabalho, condensa sua vida no objeto de trabalho, que a suga como se fosse sua (Iora, 2020). No final do processo de intercâmbio com a natureza, o produto não o pertence, mas, sim, a outro, exercendo um poder autônomo ao produtor, esse processo de estranhamento com o objeto de trabalho nada mais é que o resultado do estranhamento/alienação (Iora, 2020). Existente na própria atividade produtiva, no ato de produção do objeto em questão, tanto é que, no trabalho, o sujeito se encontra “fora de si”, só sente “junto a si” quando não está trabalhando (Iora, 2020).

O estranhamento do produtor com o produto de seu trabalho e com a atividade de efetivação do trabalho (objetivação das suas energias intelectuais e físicas) resulta em uma inversão da relação com os demais animais na natureza (Iora, 2020). Através de Iora (2020) comprehende-se que o trabalho estranhado ao estranhar o homem do seu ser genérico acaba por aliená-lo do seu potencial humano, pois o trabalho converte-se em apenas meio para a reprodução de sua existência física. Ao alienar-se daquilo que é universal de seu gênero e de sua essência espiritual, desdobra-se o estranhamento do homem consigo próprio e com os demais (Iora, 2020).

No conceito de trabalho alienado, fica evidente que, se o produto do trabalho se torna estranho e atua como poder autônomo e hostil ao seu produtor, ele pertence a alguém (Iora, 2020). De acordo com as reflexões de Iora (2020) entende-se que a riqueza em que impera a produção capitalista se apresenta como uma imensa coleção de mercadorias, sendo um objeto ou bem material ou imaterial, que devido às suas propriedades satisfaz necessidades humanas. Para que um objeto se torne mercadoria, é

necessário que sirva como valor de uso para o destinatário e que essa relação seja mediada através da troca (Iora, 2020).

Assim, a superação deste caráter do trabalho está condicionada, à superação do capital e de sua forma social, o trabalho somente poderá readquirir sua dimensão emancipadora do gênero humano quando (e se) a humanidade superar a forma social capitalista (Tumolo, 2013). Pois, no capitalismo, o trabalho possui a contradição expressa por produzir valores de uso e valores de troca, o trabalho vivo possuindo a qualidade de criar algo útil e necessário às necessidades do homem é apropriado pelo capitalista (Iora, 2020).

Assim, ao comprar sua força de trabalho para explorá-la na produção de mercadorias, o capitalista apropria-se do tempo de trabalho excedente produzido pelos trabalhadores, a mais-valia (Iora, 2020). Para Antunes (2000), a sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, conduzida pela lógica da sociedade voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Ocorrendo um processo de estranhamento com o objeto de trabalho que nada mais é que o resultado do estranhamento/alienação existente na própria atividade produtiva, no ato de produção do objeto em questão (Iora, 2020). Infere-se que a partir de Iora (2020), o trabalho estranhado ao estranhar o homem do seu ser genérico acaba por aliená-lo do seu potencial humano, pois o trabalho converte-se em apenas meio para a reprodução de sua existência física.

O capitalismo altera a dinâmica da vida familiar, transformando-a de unidade produtora em, cada vez mais, unidade consumidora de mercadorias (Ceolin, 2014). De acordo com Souza (2022), os processos de precarização, terceirização e informalidade do trabalho são essenciais à expansão do capitalismo. Assim, Gaspar (2000), complementa que com o avanço da socialização do processo de produção, o trabalho se despersonaliza e se aliena, o que constitui uma alienação inerente às relações de produção capitalistas, mas própria do progresso tecnológico. O indivíduo não pode, por natureza, realizar-se completamente no trabalho social, pois este é necessariamente heterônomo e despersonalizado (Gaspar, 2000).

Na particularidade brasileira o aumento da exploração do trabalho tem sido um dos fatores acionados como tentativa de revigorar e estabilizar a acumulação capitalista,

marcada pelo desemprego estrutural ²(Souza, 2022). Para a acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua expansão, uma população trabalhadora relativamente supérflua, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital (Ceolin, 2014).

Na atualidade, amplos segmentos da classe trabalhadora só têm possibilidade de realizar trabalhos cada vez mais precários e repletos de informalidade, seja nos países centrais ou na periferia do capitalismo (Souza, 2022). Se diversificando com os trabalhadores formalizados, tornados pessoa jurídica, trabalho livre de empregadores/as ou até a chamada uberização do trabalho³ (Souza, 2022). Para Souza (2022), as corporações capitalistas vêm desenvolvendo o chamado Toyotismo,⁴ modelo flexível de organização do trabalho, que marca a estratégia geral de reestruturação do sistema econômico global, em resposta à sua crise.

Posto que o trabalhador, não dispondo das condições objetivas, sua capacidade de trabalho só pode ser objetivada quando demandada pelo capitalista. Assim, a obtenção de suas condições de vida depende de mediações do mercado de trabalho, externas à sua vontade (Ceolin, 2014). O modo de produção capitalista intensifica e generaliza não só o produto do trabalho, mas também a relação de compra e venda da força de trabalho, à forma mercadaria, subsumindo o modo de produzir e reproduzir a vida material e social (Ceolin, 2014).

Todavia, para Souza (2022), é fácil indicar que as formas atuais de precarização ampliam ainda mais esse processo, imprimindo aos/as trabalhadores/as mais pobreza, exploração e desemprego, uma vez que muitos destes se encontram totalmente desprovidos de direitos do trabalho. Conforme Ceolin (2014) a reestruturação do capital, redefine os papéis dos Estados nacionais, requer políticas de ajustes estruturais, reconduz suas formas de intervenção na questão social e altera os parâmetros de constituição dos sistemas de proteção social.

² Definido como a parcela do desemprego causada por mudanças permanentes na estrutura econômica e tecnológica de uma sociedade, o desemprego estrutural está intimamente ligado a fatores como inovação tecnológica, globalização e mudanças nas preferências dos consumidores (Carth et al., 2023).

³ Um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho, também compreendida como uma tendência passível de se generalizar no âmbito das relações de trabalho, resultando das formas contemporâneas de eliminação de direitos, transferência de riscos e custos para os trabalhadores e novos arranjos produtivos (Abílio; Amorim; Grohmann 2021).

⁴ O toyotismo, como via japonesa de expansão e consolidação, é uma forma de organização do trabalho que nasceu na Toyota, no Japão do pós-45, tinha como característica o sistema de organização e gestão do trabalho, Just-in-time, produzir no tempo certo, na quantidade exata, a organização do trabalho está baseada em grupo de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções, ocorre a subcontratação de pequenas e microempresas extremamente precárias e instáveis (Ribeiro, 2015).

As expressões da precarização do trabalho e das relações de emprego na contemporaneidade configuram-se como um traço da universalidade do modo de produção capitalista em tempo de crise estrutural da composição orgânica do capital e de seu padrão de acumulação (Ceolin, 2014). A partir de Iora (2020) compreende-se que o modo de produção capitalista, alicerçado na relação de interesses divergentes entre capital e trabalho, burgueses e proletários, determina uma forma histórica de existência genérica-individual dos homens no percurso histórico de autoafirmação enquanto seres sociais.

Segundo Tumolo (2013), no capital ocorre uma contradição imanente, entre a valorização do valor, o capital, e o valor de uso, a riqueza; entre o trabalho produtivo de capital e o trabalho concreto, em suma, entre o capital e a humanidade. A construção do gênero humano, por intermédio do trabalho, se dá pela sua destruição, sua emancipação se efetiva pela sua degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, à produção de sua vida se realiza pela produção de sua morte (Tumolo, 2013).

Portanto, entre tantas destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que se encontra hoje na condição de precarizada ou excluída (Antunes, 2000). Trata-se de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (Antunes, 2000).

As reflexões de Antunes (2000), trazem que o desmonte dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, são traços marcantes deste período recente. Como respostas do capital à crise dos anos 1970, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível⁵, entre outros (Antunes, 2000).

Para Ramos (1997), a acumulação flexível de capital, se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos,

⁵ A acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Abramides; Cabral, 2003).

novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Ramos, 1997). A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas (Ramos, 1997).

Nesse sentido, Gaspar (2000) aponta um aumento do tempo de trabalho que está associado às elevadas taxas de desemprego e à precarização dos empregos, relacionada à redução drástica do emprego em tempo integral de duração indeterminada e à flexibilização do mercado de trabalho. Embora nos últimos anos, em inúmeras regiões do planeta, o emprego tenha crescido no mesmo ritmo da força de trabalho, isso não foi suficiente para reduzir os elevados níveis já alcançados pelo desemprego (Gaspar, 2000).

Antunes (2000) ainda aborda que estas mutações criaram uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, etc. Neste sentido, a desregulamentação, flexibilização, terceirização, são expressões de uma lógica da sociedade onde tem-se a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não o eliminar (Antunes, 2000).

Na visão de Gaspar (2000) a sociedade pós-industrial que caracteriza os novos tempos, nessa visão, é vincada pela hierarquia que se estabelece entre países e grupos hegemônicos, detentores do controle da pesquisa científica e da aplicação tecnológica. Na nova sociedade interagem três níveis: o virtual, constituído das redes de telecomunicação; o tangível, constituído das relações interpessoais; o financeiro, constituído dos fluxos monetários cada vez mais velozes, que excitam a dinâmica das bolsas (Gaspar, 2000).

Para Navarro e Padilha (2007), afirmam que, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico, de todas as importantes inovações operadas na base técnica dos processos produtivos, houve pouco alívio na labuta humana. O aumento do tempo de trabalho está associado às elevadas taxas de desemprego e à precarização dos empregos, à redução drástica do emprego em tempo integral de duração indeterminada e à flexibilização do mercado de trabalho (Gaspar, 2000). A centralidade do trabalho dá-se não só na esfera econômica como também na esfera psíquica, o que representa um paradoxo, uma vez que a atividade laboral ainda parece ser uma importante fonte de

saúde psíquica (Navarro; Padilha, 2007).

Por isso, Gaspar (2000) aponta que ao invés da redução do trabalho, a lógica do sistema produtor de mercadorias, cujo único limite à sua expansão continuada são as próprias crises periódicas de superacumulação e/ou de queda nas taxas de lucro. Quanto mais esta dimensão do trabalho estranhado predomina numa sociedade, mais esta sociedade é estranhada. O estranhamento é o afastamento do homem de sua essência humana, é a sua conversão em coisa, sua reificação (Navarro; Padilha, 2007).

Para Navarro e Padilha (2017), o fetiche da mercadoria é a aparência que se sobrepõe à essência, é o mundo das coisas como objetivo final, provocando o comprometimento e/ou supressão da subjetividade: a “coisa” sufoca o “humano”. O fetichismo, este caráter misterioso das mercadorias, provém do fato de que elas ocultam a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total (Navarro; Padilha, 2017).

Portanto, a história da organização do trabalho é a história do desenvolvimento tecnológico em favor da acumulação capitalista ao mesmo tempo em que é a história do sofrimento dos trabalhadores, os avanços científicos não conseguiram eliminar as formas de exploração (Navarro; Padilha, 2017). Nesse sentido, comprehende-se que a relação entre capital e trabalho é permeada por uma insuperável contradição, na qual o desenvolvimento das forças produtivas decorrente da potencialização do trabalho social gera uma demasiada pobreza, expressa sob a forma de pauperismo (Farias; Lima; Almeida 2015).

Pois, no que se refere à regência do capital no processo de trabalho, é possível destacar que o trabalho permaneceu subordinado por interesses alheios às necessidades dos produtores diretos e permeado pela relação de opressão e exploração (Farias; Lima; Almeida 2015). Contudo, é relevante deixarmos claro que, mesmo o capitalismo conservando o caráter de exploração oriundo da privatização da produção social, o trabalho exercido por sua condução passou por novas configurações (Farias; Lima; Almeida 2015).

Em verdade, intensificaram-se e ampliaram-se as formas geradoras do valor, articulando um maquinário altamente avançado com a exigência, feita pelos capitais, de buscar maiores “qualificações” e “competências” da força de trabalho (Antunes, 2009). Para Farias, Lima e Almeida (2015), o controle do capital perpassa todo desenvolvimento do modo de produção capitalista, adentrando de forma feroz todo o processo produtivo, bem como à subjetividade do trabalhador, objetivando métodos de

extração máxima de mais-valia.

É como se todos os espaços possíveis fossem “potencialmente convertidos em geradores de mais valor”, desde aqueles que mantêm laços de formalidade até aqueles que se pautam pela informalidade na franja do sistema (Antunes, 2009). Nesse contexto, Antunes (2009) aponta que a empresa de nossos dias é, portanto, mais complexa em suas formas de “interiorização” da alienação e do estranhamento e muito menos regulamentada, sendo, por isso, responsável pela proliferação dos contratos desprovidos de direitos sociais do trabalho.

Portanto, considerando a lógica alienante que estrutura o modo de produção capitalista, a aposentadoria não representa apenas o encerramento de um ciclo laboral, mas muitas vezes revela as marcas profundas deixadas por anos de exploração e adoecimento. Esses trabalhadores, inseridos por toda a vida nessa dinâmica de produção, permanecem alienados das condições em que realizam seu trabalho, o que gera formas significativas de estranhamento. Compreendidas as dimensões da alienação no próximo tópico abordaremos a particularidade do capitalismo no Brasil. Sendo necessário refletir sobre como essas determinações se expressam de forma específica em nossa formação social.

1.4 Notas sobre a particularidade do capitalismo no brasil

Nesse contexto, é importante destacar que a transição para o capitalismo no Brasil se inicia com dois processos políticos particulares que de modo combinado compõem a nossa Revolução política burguesa, a Abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) (Azevedo, 2015). O ponto final da transição pode ser localizado no momento histórico (fins da década de 1950) em que a atividade industrial suplanta a agricultura, superação essa convencionalmente aferida segundo o critério da participação relativa dos dois setores no PIB (Azevedo, 2015).

Como na maior parte dos países do Primeiro Mundo, a transição para o capitalismo já se completou em fins do século XIX ou inícios do século XX, o capitalismo brasileiro deve ser qualificado como um capitalismo tardio ou retardatário (Azevedo, 2015). O fato de que o Brasil não transita, a partir da década de 1890, de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista e sim, de uma sociedade escravista para uma sociedade capitalista (Azevedo, 2015). Essa diferença não é meramente formal. A

economia escravista é predatória, em razão da relativa incompatibilidade entre inovação técnica e trabalho forçado (Azevedo, 2015).

Por isso, o sistema de produção escravista só pode proporcionar uma base material, técnica e humana pobre ao capitalismo, a transição para o capitalismo, quando se concretiza sem a intermediação de uma longa etapa feudal (Azevedo, 2015). Já a economia feudal pode ser considerada desenvolvimentista, quando comparada à economia escravista; no feudalismo, o produtor rural (camponês dependente) detém a posse da terra e a iniciativa na organização da produção (Azevedo, 2015).

A economia feudal, no seu desenvolvimento, chega a uma agricultura camponesa que comporta aperfeiçoamentos técnicos; bem como a um artesanato rural que se constituirá na base técnica para a proliferação, em pleno período medieval, de manufaturas, do tipo rural ou urbano (Azevedo, 2015). Essa compatibilidade do feudalismo com o desenvolvimento da técnica e das habilidades vai permitir que as sociedades feudais proporcionem uma base material, técnica e humana sólida às sociedades capitalistas, que as substituirão (Azevedo, 2015).

Caracterizamos acima as limitações técnicas e econômicas que o caráter escravista da economia brasileira impõe ao processo de transição para o capitalismo no Brasil, temos agora de mencionar as limitações sociais e políticas que o modo de produção predominante na formação social brasileira (Azevedo, 2015). O caráter predominantemente escravista da economia rural inviabiliza a eclosão, durante a Revolução burguesa de 1888 – 1891, de um processo social capaz de criar bases materiais mais amplas e profundas para a formação do capitalismo no país: a reforma agrária (Azevedo, 2015).

A historiografia marxista sempre relembra que a Revolução Burguesa no Brasil foi incapaz de executar duas tarefas democráticas essenciais, a repartição da grande propriedade fundiária e a criação de um mercado interno de massas para o setor industrial (Azevedo, 2015). No Brasil, inversamente, a Revolução política burguesa não se fez acompanhar de uma reforma agrária, justamente em razão da impossibilidade de operação daquela dialética do movimento camponês (Azevedo, 2015).

A agricultura pós-escravista, fundada na grande propriedade e na dependência pessoal do camponês, sempre apresentou baixo desenvolvimento técnico, o que impediu o avanço da diferenciação entre campesinato médio e campesinato pobre (Azevedo, 2015). Por falta dessa dinâmica social no campo, a transição para o capitalismo no Brasil não pôde contar com uma reforma agrária redistributiva, voltada para a

destruição do latifúndio (Azevedo, 2015). A consequência histórica desse déficit foi a indisponibilidade, para a burguesia industrial nascente, de um mercado interno de massas e de um contingente de força de trabalho previamente treinado no artesanato rural (Azevedo, 2015).

Faz parte da análise do curso do desenvolvimento capitalista no Brasil o exame das características econômicas e políticas da burguesia industrial brasileira. Esse exame implica relembrar os traços gerais do processo de industrialização no Brasil (Azevedo, 2015). Já indicamos que a industrialização brasileira foi cronologicamente retardatária com relação aos processos de industrialização ocorridos no Primeiro Mundo (Azevedo, 2015). Agora, temos de mudar o foco da análise, passando da observação do processo de industrialização (que é um processo social mais restrito) para a observação do processo global de transição para o capitalismo (Azevedo, 2015).

Este é um processo social mais amplo, abrangendo a Revolução política burguesa – isto é, a formação do Estado burguês e a acumulação de capital comercial anteriormente à industrialização (Azevedo, 2015). No bloco dos países retardatários, figura o Brasil. A formação social brasileira passa por um processo de transição não tão rápido quanto a Alemanha e o Japão, porém mais rápido que o dos países pioneiros (Inglaterra e França) (Azevedo, 2015). A Revolução política burguesa transcorre, aqui, entre 1888 e 1891, concretizando-se através de episódios que, no seu conjunto, determinam a substituição, no plano nacional, do Estado escravista pelo Estado burguês (Azevedo, 2015). No entanto, as atividades industriais passam a predominar sobre as atividades agrícolas, em termos de participação percentual no PIB, somente no fim da década de 1950 (Azevedo, 2015).

Uma vez esboçado brevemente o padrão assumido pela transição para o capitalismo no Brasil, podemos indicar os traços centrais da burguesia industrial brasileira no seu período de formação (Azevedo, 2015). Essa classe social se forma rapidamente, graças à possibilidade objetiva de grupos comerciais passarem às atividades industriais por intermédio da importação de maquinaria produzida por países como a Inglaterra e a Alemanha (Azevedo, 2015).

O preço a pagar por essa rapidez é a fragilidade orgânica da burguesia industrial em formação: ela não cria sua própria tecnologia, e depende sempre do exterior para se expandir (Azevedo, 2015). Essa dependência vai jogar a burguesia industrial contra o próprio projeto de industrialização, isto é, vai indispô-la com a produção interna de máquinas e insumos industriais (Azevedo, 2015). O avanço nesse terreno será encarado

pelos industriais brasileiros como um fator de elevação dos seus custos de produção, dada a estreiteza do mercado interno disponível para tais bens (Azevedo, 2015).

A grande transformação política de 1888-1891 (derrubada do Estado escravista e formação, no plano nacional, de um Estado burguês moderno) se fez acompanhar da confirmação e, mesmo, do reforço da relação entre o Brasil e a grande potência imperialista daquele período (a Inglaterra) (Azevedo, 2015). Mas a reiteração da dependência não resultou numa apropriação do aparelho produtivo nacional pelo capital estrangeiro. Pode-se especular sobre as razões da ausência do capital estrangeiro nesse aparelho, no início da transição para o capitalismo no Brasil (Azevedo, 2015).

A razão mais geral e profunda é o fato de que a Revolução política burguesa não se fez acompanhar, no Brasil, de um processo de redistribuição de renda através da difusão da pequena propriedade rural (Azevedo, 2015). O não cumprimento das “tarefas democráticas” na Revolução burguesa brasileira talvez explique que o capital estrangeiro tenha se concentrado em operações puramente financeiras (Azevedo, 2015).

Durante algum tempo o caráter estreito, em termos relativos e absolutos, do mercado interno de consumo de países como o Brasil fará com que as economias industriais do Primeiro Mundo encarem as economias periféricas como mercado de consumo (Azevedo, 2015). Por isso, a burguesia industrial, que vai surgindo em função desse mercado será uma burguesia nativa, e não, estrangeira, esse segmento burguês não constitui propriamente uma burguesia nacional, pois não se coloca à frente do processo de desenvolvimento capitalista do país (Azevedo, 2015). Mas também não constitui uma burguesia associada, totalmente subordinada aos interesses do capital estrangeira e defensora de sua penetração no aparelho produtivo nacional, a rigor, a sua atuação econômica e política é típica de uma burguesia interna (Azevedo, 2015).

No período da Nova República, essa influência se exprimiu na adoção, pelo governo FHC e pelos governos estaduais, de programas de privatização das empresas públicas; e na obtenção, pelo capital estrangeiro, de condições favoráveis à participação nesses programas (Azevedo, 2015). Só a partir do primeiro governo federal petista, a burguesia interna, em seus três principais segmentos funcionais – bancário, industrial e agroexportador – vê aumentada a sua influência (Azevedo, 2015). Desde o fim do governo FHC, o projeto governamental parece ser o de transformar o Brasil numa economia capitalista moderna, do tipo da Coreia do Sul, voltada para a exploração da franja inferior do mercado mundial (Azevedo, 2015).

Nesse sentido, a reestruturação do capital mundializado, de acordo com Ceolin

(2014) que no Brasil se intensificou nas últimas décadas do século XX, provocou mudanças qualitativas na organização e na gestão da força de trabalho e na relação de classes, pois, o processo de trabalho capitalista é presidido pela inversão do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo (Ceolin, 2014). Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital (Antunes; Alves, 2004).

Pode-se compreender que a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais (Ceolin, 2014). Nesse contexto, temos a alienação/estranhamento que ainda é mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part-time, temporário e precarizado (Antunes; Alves, 2004).

Para Antunes e Alves (2004, p.34), a classe trabalhadora hoje incorpora,

Tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital e abrange também os trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente a mais-valia. Podemos também acrescentar que os trabalhadores improdutivos, criadores de antivalor no processo de trabalho. Além do proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados (Antunes; Alves, 2004, p.34).

Para Antunes e Alves (2004) a classe trabalhadora hoje, implica entender este conjunto de pessoas que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Onde todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) (Antunes; Alves, 2004).

Nesse sentido, comprehende-se com Baruco (2015) que a forma de riqueza nessa sociedade aparece como uma imensa coleção de mercadorias. A produção dessa imensa coleção de mercadorias só é possível porque as forças produtivas estão organizadas para

esse fim. A mercadoria pode ser definida como a unidade de dois elementos: valor de uso e valor de troca (Baruco, 2015).

O valor de troca é habitualmente expresso em termos do preço monetário de uma mercadoria, quer dizer, em termos da quantidade da mercadoria que se pode obter em troca de uma unidade da mercadoria em questão (Baruco, 2015). O dinheiro, portanto, é uma mercadoria especial, sendo que é em termos do dinheiro que os valores de troca são estabelecidos (Baruco, 2015).

Portanto, compreender as particularidades da transição do capitalismo no Brasil é fundamental para analisar as formas como as relações sociais foram construídas ao longo da história, pois de acordo Baruco (2015) compreende-se que o desenvolvimento da lógica e sociabilidade capitalistas, o trabalhador coletivo parece não restar alternativa senão formar parte dessa nova relação estabelecida pelo capital. Com o tempo, o trabalhador acaba, de alguma maneira, por esquecer-se da confrontação inicial, passando a acreditar que tomou parte nessa relação social de forma “livre” e “voluntária”, o que é, inclusive, chancelado e reforçado pela ideologia dominante (Baruco, 2015).

Considerando os aspectos particulares do capitalismo no Brasil, avançaremos para análise dos direitos trabalhistas sob a lógica do capital no contexto brasileiro. Mesmo porque, compreender como esses direitos foram historicamente constituídos e moldados sob a influência das dinâmicas capitalistas é fundamental para refletir sobre seu significado.

1.5 Direitos trabalhistas na lógica do capital no Brasil

Nesse sentido, compreender o processo histórico de formação e desenvolvimento do capital é fundamental para entender como a aposentadoria se estrutura. Pois, ao longo de sua história, a Previdência Social passou por reformas, ampliadoras de direitos e por contrarreformas, restritivas de direitos (Silva, 2018). Nesse contexto, Lourenço, Lacaz e Goulart (2017) abordam que no Brasil, os direitos sociais foram reconhecidos tarde e são produtos da pressão operária e dos movimentos sociais, como ocorreu com a Constituição Federal (CF) de 1988.

A Carta Constitucional ousou garantir o trabalho como direito social e a Previdência Social (PS) como parte do maior sistema de proteção social já implantado no país, configurando a Seguridade Social (SS), com a Assistência Social e a Saúde

(Lourenço; Lacaz; Goulart 2017). Sendo assim, foi criado o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ancorado no regime de repartição, com contribuições obrigatórias, os quais estão congregados no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017).

Para Escorsim (2021), é necessário destacar que a implementação das políticas protetivas no âmbito da seguridade social, bem como as legislações específicas para a população idosa, possibilitou o reconhecimento da cidadania e firmou o compromisso do Estado na garantia de acesso a benefícios, auxílios e serviços no âmbito das políticas públicas. Sendo, grandes marcos são o piso previdenciário a partir do valor do salário mínimo, a inclusão dos trabalhadores rurais e a inclusão de idosos e de pessoas com deficiência, membros de famílias de baixa renda, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017).

Entretanto, atacar as conquistas dos trabalhadores e o Estado provedor foi uma grande estratégia do capital nos anos de 1980-90, que buscava retomar as altas taxas de acumulação do padrão produtivo e empresarial, produção flexível (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017). Nesse sentido, Silva (2018) a restrição de direitos sociais tem sido recorrente nos países afetados pela crise estrutural do capital que se alastra desde o início dos anos 1970, com aprofundamento a partir de 2008.

A partir das reflexões de Silva (2018), infere-se que vem ocorrendo uma incessante contrarreforma (redução de direitos) da Seguridade Social, com ênfase na Previdência Social, que tem provocado a redução do espaço da previdência pública e a ampliação do espaço da previdência privada. Esse movimento de contrarreforma é oscilante, ora mais intenso e agressivo, ora mais sutil, dependendo da conjunção de fatores e do grau de comprometimento e capacidade de reação dos governos às pressões do capital financeiro, que se alimenta da dívida pública (Silva, 2018).

Por isso é importante destacar esses aspectos para compreender os impactos da aposentadoria na vida dos indivíduos, pois esses vendem sua força de trabalho ao longo de toda sua trajetória de vida e ao chegarem no momento de se aposentar, frequentemente se veem tendo seus direitos violados. Pois, esse desenho da Seguridade Social, conquista dos trabalhadores, não foi bem recebida pelos interesses do capital, que vê a Saúde e a Previdência como mercadorias lucrativas, assim, nem chegou a ser todo implementado e se tornou alvo de um movimento de contrarreforma (Silva, 2018).

Os governos adotaram as medidas neoliberais no Brasil, a partir dos anos 1990,

caracterizadas pela abertura das fronteiras econômicas, eliminação das regulações e dos subsídios às empresas locais, privatização, flexibilização das relações de trabalho (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017). Havendo investidores institucionais, ou seja, as seguradoras, os fundos de pensão e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras de ativos para a conta de clientes dispersos (Silva, 2018).

Os direitos previdenciários foram duramente atacados para dar lugar à expansão da previdência dos fundos de pensão e das empresas de planos privados (Silva, 2018). Tal estratégia, além de perpetrar toda uma série de fatos materiais, sociais e políticos para que a segurança social seja viabilizada pelo mercado, e não pelo Estado, precarizou os serviços sociais a tal ponto que a dependência deles significa risco, insegurança e medo (Lourenço; Lacaz; Goulart, 2017).

As pressões do capital financeiro sobre o Estado nem sempre aparecem de modo transparente. Todavia, três argumentos se repetem ao longo desse movimento de contrarreforma de acordo com Silva (2018, p.135),

O envelhecimento populacional e a ideia de crise, forjando a imagem de inviabilidade da previdência pública sob o regime de repartição; as alegações de altos custos do trabalho, forçando as renúncias tributárias em favor das empresas, reduzindo a participação do capital no custeio da previdência pública e ampliando a participação dos trabalhadores; a falácia de que os investimentos na previdência pública provocam o aumento da dívida pública dos governos e desequilibram os orçamentos.

Na segunda metade da década de 1990 no Brasil foi marcado pelos altos índices de desemprego e aprofundamento da pobreza em decorrência da crise do capital e pelo fortalecimento do projeto neoliberal, retomado pelo governo Collor e seguido pelo governo Fernando Henrique (Silva, 2018). Quando FHC assumiu a presidência em 1995, a contrarreforma da Previdência Social não era alheia à política já adotada com o Plano Real e, portanto, é defendida como estratégia para o controle da dívida pública, possível estabilização econômica e confiança dos investidores estrangeiros (Lourenço; Lacaz; Goulart, 2017).

A partir das reflexões de Lourenço, Lacaz e Goulart (2017) infere-se que em 1995, especialmente no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado como um novo populismo patrimonialista, que surgia no país, uma verdadeira amarra da administração pública, impedindo a sua governança e aumentando o custo da máquina administrativa. Esse período impulsionou a reestruturação produtiva com leis que restringiram os direitos trabalhistas, como a do contrato de trabalho por tempo

determinado, das terceirizações, do incentivo às demissões dos servidores públicos pelo⁶ Programa de Demissão Voluntária (Silva, 2018).

A privatização das empresas estatais e introdução na administração pública modelos gerenciais de bases mercadológicas, legalizando as transferências orçamentárias para as Organizações Sociais de Interesse Público (Silva, 2018). Assim é que, em 1995, a Proposta de Emenda na Constituição n. 33, encaminhada ao Congresso Nacional, propôs alterar a aposentadoria e benefícios dos segurados da Previdência Social pública é gerida pelo INSS, o que afetou os que são cobertos pelo Regime Geral de Previdência Social e Regime Próprio de Previdência Social, respectivamente, com exceção dos militares das Forças Armadas (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017).

Além de outros direitos atingidos, as aposentadorias especiais foram praticamente extintas, permanecendo esse direito apenas para professores (exceto os universitários) e trabalhadores em atividades insalubres (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017). A partir de Lourenço, Lacaz e Goulart (2017), comprehende-se que no Brasil, grande parte dos trabalhadores não tem como comprovar tempo de contribuição porque estão imersos em trabalhos precários, subcontratados, com baixos salários.

No intervalo de tempo entre 1999 e 2003, o movimento de contrarreforma seguiu, porém, sem chamar muito a atenção da sociedade. Bons exemplos são os reajustes do teto dos valores dos benefícios do RGPS e dos valores individuais dos benefícios desse regime (Silva, 2018). As renúncias tributárias do período também são restrições de direitos. Essas medidas, em geral, são sutis e não chamaram muito a atenção da população, inclusive por serem efetuadas por leis ordinárias (Silva, 2018).

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no final de 2002, foi uma grande esperança para a classe trabalhadora, que se sentia representada no novo governo num país sempre comandado por uma classe dominante dependente, típica do capitalismo periférico (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017). Em 2003, o governo Lula assumiu o comando do país, com a economia estagnada, elevados índices de desemprego, além de grande comprometimento do Orçamento Geral da União com os serviços e amortizações da dívida pública (Silva, 2018).

Entretanto, as diretrizes macroeconômicas de seu governo não mudaram

⁶ Foi um programa oferecido por empresas para incentivar seus funcionários a se desligarem voluntariamente, muitas vezes oferecendo vantagens financeiras e benefícios adicionais. Entretanto, muitas pessoas após acreditar na promessa de que teriam crédito para buscar novos horizontes, mas os profissionais acabaram desempregados, sem fonte de renda.

substancialmente em relação ao governo anterior, ainda que tenham impulsionado o crescimento econômico entre 2004 e 2011 e a melhoria de alguns indicadores sociais (Silva, 2018). Em síntese, o que se pretende frisar é que a contrarreforma da PS estatal (Regime Geral e Próprio) praticada pelo governo Lula, já no início do seu primeiro mandato, atende aos interesses do capital financeiro na busca de clientes para os fundos de investimentos (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017).

Nesse contexto, Silva (2018), comprehende que durante o seu governo, o mundo viveu um profundo agravamento da crise estrutural do capital, o colapso do setor imobiliário dos Estados Unidos, em 2008, foi o detonador para que a crise atingisse outras áreas e outros países. Para isso, utilizou-se do Programa Bolsa Família e dos benefícios previdenciários e assistenciais para estimular o consumo, chegando a concluir pela mídia os aposentados e pensionistas a consumirem (Silva, 2018).

Essa estratégia favoreceu a política de transferência de recursos monetários dos aposentados ao capital financeiro por meio dos empréstimos consignados na folha de pagamento dos aposentados da Previdência Social (Silva, 2018). A contrarreforma da Previdência Social no governo Dilma promoveu desonerações às empresas e amplas mudanças para o acesso às pensões por morte, auxílio-doença, reclusão e defeso e, ainda, abono salarial e seguro-desemprego, com o objetivo de minimizar os valores pagos mensalmente (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017).

No governo Dilma, a situação da economia, sobretudo a partir de 2014, agravou-se bastante, com a redução do crescimento econômico, elevação da inflação, além da piora de outros indicadores sociais e do trabalho (Silva, 2018). Outro aspecto percebido no governo Dilma, de favorecimento ao capital financeiro, a partir da Previdência Social, foi o aprofundamento da política de transferência de recursos monetários aos bancos por meio dos empréstimos consignados realizados aos aposentados (Silva, 2018).

Neste momento, no Brasil, ocorre uma forte ofensiva do capital financeiro para destruir os direitos sociais tanto trabalhistas como previdenciários (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017). Nesse cenário de crise nas dimensões econômica, política e social, o governo Temer intensifica ao extremo a política de austeridade fiscal, para reduzir investimentos em políticas públicas para elevar o superávit primário (Silva, 2018).

Assim, se nos anos anteriores o fundo público já estava orientado para os interesses do capital, no governo Temer piora de modo acelerado. Uma medida drástica

nessa direção foi a instituição do novo regime fiscal e da seguridade por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Silva, 2018). Pelo que aponta a proposta de contrarreforma em debate, o tempo de contribuição para aposentadoria integral será de 49 anos e a idade será de 65 anos, tanto para homens como para mulheres (Lourenço; Lacaz; Goulart 2017).

Assim, para Lourenço, Lacaz e Goulart (2017), as mulheres serão as mais prejudicadas porque foram protegidas na CF de 1988, a diferença de idade para aposentadoria hoje existente, de cinco anos entre homens e mulheres leva em conta a maior carga de trabalho das mulheres pela jornada dupla em casa e no trabalho. Em relação ao trabalho, as propostas aprovadas em julho de 2017 vão desde a elevação da jornada de trabalho, passando pela terceirização plena até o trabalho intermitente (Silva, 2018). A primeira medida do governo Temer quanto ao desmonte da Previdência Social foi a extinção do Ministério da Previdência Social e Trabalho (Silva, 2018).

A eliminação de direitos continuará sem precedentes na história da Seguridade Social e imporá grande fratura à mesma, deixando as camadas mais pobres sem proteção e impulsionando a previdência complementar (Silva, 2018). As desigualdades sociais tendem a ser ampliadas entre ricos e pobres, uma vez que a renda básica das pessoas mais pobres é composta, sobretudo, pelas aposentadorias e pensões, as quais terão dificuldades de ter acesso a partir das novas regras (Silva, 2018). Da mesma forma, tendem a aumentar as desigualdades entre as regiões geográficas do país, na medida em que o Norte e o Nordeste do Brasil possuem as menores expectativas de vida (Silva, 2018).

As mulheres serão muito prejudicadas, as desigualdades entre homens e mulheres, sob diversos ângulos, serão desconsideradas para fins de aposentadoria, especialmente a jornada de trabalho mais extensa por assumirem maiores responsabilidades domésticas (Silva, 2018). Sendo que o capital financeiro não apenas será o grande beneficiado, mas o grande capital esteve no comando da elaboração das propostas e pressionou por sua aprovação (Silva, 2018).

Assim, seguindo essa lógica imposta pelo capital financeiro, a previdência pública torna-se cada vez mais diminuta, estratificada quanto aos direitos e com reduzido potencial de expansão (Silva, 2018). O que está determinando a agudização desse movimento de contrarreforma da Previdência Social neste momento conjuntural é a força imperativa do capital financeiro sobre o Estado brasileiro (Silva, 2018).

Portanto, a crise estrutural do capital, no cenário de acumulação sob o comando das finanças, aprofunda-se em todas as dimensões e afeta a humanidade de diversas formas. O novo regime fiscal instituído no Brasil em 2016 e as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias em curso são exemplos (Silva, 2018). Através de Lourenço, Lacaz e Goulart (2017), entende-se que a Seguridade Social é um importante conquista, sendo constituída pela Previdência Social, pela Assistência Social e pela Saúde, todavia, sempre esteve sob ataque das forças políticas.

Neste momento, no Brasil, tem ocorrido uma forte ofensiva do capital para destruir os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, cuja argumentação para colocar em prática a contrarreforma da Previdência Social está calcada no mito do seu déficit (Lourenço; Lacaz; Goulart, 2017). As reflexões de Lourenço, Lacaz e Goulart (2017), apontam que se trata de negar e de anular conquistas arduamente obtidas, agora sob a égide da austeridade, sinônimo de supressão de direitos sindicais, trabalhistas e sociais, ao mesmo tempo em que são congelados, com o “ajuste fiscal” e acompanhada de forte ataque à Previdência Social.

Nesse viés, Escorsim (2021), aponta que no início de 2019, a presidência da república encaminhou à análise do poder legislativo a Proposta de Emenda Constitucional n. 06/2019 (Brasil, 2019), que versou sobre a reforma da previdência social. Voltada para trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, teve como principais mudanças, como traz Escorsim (2021, p. 441),

No aumento do tempo de contribuição (mínimo) de 15 para as mulheres e 20 anos para os homens,⁵ como também na idade mínima para a aposentadoria: homens com 65 anos e mulheres com 62 anos. Na regra anterior, os trabalhadores rurais, por exemplo, podiam se aposentar com 60 e 55 anos, homens e mulheres, respectivamente, com 15 anos de contribuição básica (Brasil, 2019). A reforma aprovada manteve a quinzena como tempo mínimo de contribuição. Os trabalhadores da economia familiar podem se aposentar sem ter contribuído, porém, desde que comprovem 15 anos de atividade rural.

A reforma penalizou todos os trabalhadores, contudo, acirrou ainda mais a desigualdade e a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais, as mulheres idosas que vivem em média sete anos a mais que os homens, serão frontalmente dilapidadas com a reforma (Escorsim, 2021). É importante destacar que muitas conquistas sociais foram alcançadas pelo protagonismo dos movimentos dos trabalhadores que vocalizam, na tensa arena política brasileira, suas demandas e necessidades e no interior dos

movimentos (Escorsim, 2021).

Portanto, para a compreensão e reflexão sobre o programa de preparação e educação para a aposentadoria, se faz necessário toda essa análise, começado pelo trabalho em seu sentido ontológico, pois isso nos faz entender essa identidade na qual grande parte dos trabalhadores expressam, e que grande parte dos autores que debatem essa temática defendem, essa relação do trabalho e identidade, pois esse sentimento faz parte de uma natureza muito antes do modo de produção capitalista e perpassa todo tipo de sociedade.

Pois, à medida que o homem transforma a natureza, o mesmo também se transforma, ao realizar o trabalho, o homem adquire novos conhecimentos e habilidades, incorpora em seu desenvolvimento peculiaridades completamente distintas e inéditas da escala biológica (Farias; Lima; Almeida, 2015). Depois se faz importante compreender a partir da gênese do capitalismo na sociedade como o trabalho se transforma, como a vida do trabalhador é modificada como um todo em cada crise de reestruturação do capital.

Para que assim, possamos analisar os impactos na previdência social, pois ao longo de sua trajetória diversos direitos são suprimidos, e quando chega o momento na qual o trabalhador teria o direito de se aposentar, ele ainda enfrenta a pressão do capitalismo sobre sua vida, como por exemplo, a redução de diversos benefícios, assim como em grande parte dos casos uma perda salarial significativa, e que impacta na decisão de se aposentar ou não, ou até mesmo chegam a se aposentar mas continuam trabalhando para complementar a renda familiar.

Nesse viés, com tal cenário, a realidade que se desenha é a inserção de pessoas idosas novamente no mercado de trabalho, seja ela como for, isso possibilita a sobrevivência de muitas pessoas e suas famílias, pois são chefiadas por pessoas idosas (Castamann; Dias; Silva 2022). Por isso, Castamann, Dias e Silva (2022), razem que com o capitalismo e diretrizes do ideário neoliberal comandando a sociedade burguesa, tais problemáticas são acirradas e enraízam o meio social, ditando o modo de viver dos indivíduos, de forma camouflada, onde a população tem sua vida controlada e expropriada.

Por isso, considerando que o processo de envelhecimento se polariza nas relações de classe, ou seja, o envelhecimento da classe trabalhadora é profundamente desigual ao da classe burguesa, em se tratando de uma sociedade capitalista, como é o

caso brasileiro (Escorsim, 2021). Admitindo-se que a propriedade privada dos meios de produção constitui o marco divisor entre os membros da sociedade, ou seja, proprietários e não proprietários dos meios de produção, cujos interesses passam a ser imediatamente antagônicos (Escorsim, 2021).

Nesse contexto, Castamann, Dias e Silva (2022), enfatizam que um dos fatores que influenciou o tratamento dispensado a quem envelhecia foi o pertencimento a uma determinada classe social, pois quem detinha de poder aquisitivo, envelhecer oferecia ainda mais prestígio ao indivíduo, geralmente pelo acúmulo de bens adquiridos ao longo da vida. Para Escorsim (2021), é a partir desta tensa e contraditória configuração da vida social para os trabalhadores que a velhice se situa, como tempo de construir histórias singulares e histórias universais, cuja situação de classe perpassa a condição de existência, e não permite que seja vislumbrada de modo uniforme e homogêneo.

Existem muitos modos de envelhecer, todavia enraizados em dois fundamentos, os quais se constituem a partir da divisão de classe social entre burguesia e proletariado (Escorsim, 2021). Assim a velhice é uma construção histórica, marcada por ambiguidades a qual não reconhece a pessoa idosa como um ser heterogêneo, todos são colocados socialmente numa única categoria (Castamann; Dias; Silva 2022). Muitos temem envelhecer, não sabem o que lhes aguarda nessa fase de vida, pois socialmente a pessoa idosa não escolhe seu lugar, esse é previamente estabelecido e reproduzido por gerações (Castamann; Dias; Silva 2022).

Desse modo, as condições objetivas e subjetivas (sociabilidades) para envelhecer estão atreladas ao acesso a que possam ter os trabalhadores frente às políticas redistributivas, o contexto político e econômico incide diretamente no modo como se vive e como se envelhece (Escorsim, 2021). Deve ser considerado também que nem todos querem parar de trabalhar, seja pelo fato de sua aposentadoria não ser suficiente para a garantia da sua sobrevivência, tal consideração também se deve, ao fato dos pensamentos inseridos socialmente, do produzir e ser ativo (Castamann; Dias; Silva 2022).

Na sociedade capitalista, cujos valores encontram-se amalgamados nas relações de competitividade, do individualismo, do culto à juventude e à boa forma e, especialmente, na naturalização da desigualdade social, a velhice simboliza um antagonismo à ideologia dominante (Escorsim, 2021). Os trabalhadores são aqueles que mais se utilizam das políticas públicas e, por isso, serão os mais atingidos, o que afetará

sensivelmente as condições objetivas e subjetivas de vida e o envelhecimento digno da população brasileira (Escorsim, 2021).

Afinal, em uma sociedade capitalista, impregnada de ideologias e estereótipos, a seletividade dos indivíduos é certa e, é neste cenário que infelizmente se encontra grande parte da população, não só no Brasil, mas em todo o mundo, pessoas idosas lutando pela sobrevivência (Castamann; Dias; Silva 2022). Por isso, fica evidente que o acesso dos trabalhadores à aposentadoria, vai refletir como aponta Escorsim (2021), o modo como se viveu da infância à vida adulta. Se as condições objetivas e subjetivas de vida possibilitam suprir as necessidades físicas, psíquicas e sociais de indivíduos e grupos, certamente, estes conseguirão alcançar maior longevidade, a qual pode ser desfrutada com mais saúde e satisfação pessoal.

Portanto, se torna essencial para refletir sobre o programa de preparação e educação para a aposentadoria os debates acerca da relação entre o trabalho e o sistema capitalista de produção, pois como aponta Castamann, Dias e Silva (2022, p.8),

Conhecer a história de como ocorreram as transformações sociais é primordial para se compreender como o trabalho se tornou contraditório da categoria fundante do ser social para objeto de divisão de classes, que se precarizou, virou mercadoria e provoca segregação, em especial de para quem está envelhecendo, resultado das circunstâncias a qual o capital antes mesmo de assim ser denominado impõe à classe trabalhadora, seja em países desenvolvidos ou emergentes, homem ou mulher, em uma constante e perversa relação de produzir e reproduzir a já histórica relação de subordinação capital e proletariado.

Assim sendo, para se ter meios de sobreviver é necessário produzir ou vender sua força de trabalho, de onde provém o salário, o envelhecer tende a ser para a classe trabalhadora repleta de desafios, afinal, vender sua mão de obra ao capital é o único meio de sobreviver da maioria das pessoas (Castamann; Dias; Silva 2022). Com tais relações sociais se modificando e tornando-se cada vez mais complexas, com o advento do modo de produção capitalista, modifica-se de vez o sentido do trabalho (Castamann; Dias; Silva 2022).

A partir das reflexões de Castamann; Dias; Silva (2022), infere se que diante da apropriação privada dos meios de produção, o trabalho faz com que o indivíduo não se reconheça como sujeito, invertendo seu caráter livre, consciente e universal onde se torna alienado do objeto que ele mesmo criou. Os indivíduos já não podem mais desfrutar como antes daquilo que produziram, são realocados socialmente, o interesse é a mais-valia, o trabalho perde totalmente sua conotação emancipadora, num meio de

produção global (Castamann; Dias; Silva 2022).

O ser social passou a conviver com diferenças extremamente gritantes entre si, a pobreza e miséria de uns é essencial para a existência e crescimento do outro, onde o trabalho perde o valor de uso, vira mercadoria, passando a ter valor de troca (Castamann; Dias; Silva 2022). Esse controle do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora desvaloriza os indivíduos enquanto ser social, embora durante o percurso encontre algumas resistências, seu domínio é inevitável, independentemente de idade (Castamann; Dias; Silva 2022).

Nesse sentido, Castamann, Dias e Silva (2022), apontam que o envelhecimento, deve ser pensado no ritmo de seu crescimento, logo mais o número de aposentados será superior ao daqueles que fazem parte do grupo economicamente ativo. Mas se ao envelhecer a pessoa é descartada, não é considerada como indivíduo lucrativo, se a aposentadoria não é suficiente, o que se pode esperar então (Castamann; Dias; Silva 2022). Como visto, ainda que crescendo exponencialmente no mundo, o envelhecimento da população não vem sendo reconhecido como deveria, as desigualdades e exclusões marcadas pelo ideário neoliberal e reproduzidas por gerações refletem diretamente na velhice dos indivíduos (Castamann; Dias; Silva 2022).

Se faz necessário um olhar mais atento com as atitudes advindas de poder público pela sociedade, cobrar o que é de direito e se permitir envelhecer, encarando a velhice como mais uma fase a ser vivida, que merece de fato ser vivida e respeitada como um todo pelo restante da população e pelo próprio Estado (Castamann; Dias; Silva 2022). Não havendo a devida atenção política para a pessoa idosa, faz-se necessário a luta para a cobrança de um processo de envelhecimento com dignidade e respeito, para que as normativas legais existentes, muitas das quais frutos do movimento dos trabalhadores sejam implementadas e implantadas (Castamann; Dias; Silva 2022).

Portanto, a trajetória dos direitos trabalhistas é marcada por diversos avanços conquistados por meio das lutas sociais, mas também é marcado por sucessivas ofensivas do capital. É nesse contexto que os programas de preparação e educação para aposentadoria emergem como um importante instrumento de resistência e conscientização. Tendo refletido sobre os direitos trabalhistas no Brasil e suas implicações dentro da lógica capitalista, será analisado no próximo capítulo os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria, situando essa discussão no

contexto das contradições que atravessam o mundo do trabalho.

CAPÍTULO II - REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE PREPARAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA APOSENTADORIA (PPEA) EM UMA SOCIEDADE MARCADA PELAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO.

O programa de preparação e educação para a aposentadoria (PPEA) se constitui como uma iniciativa desenvolvida em instituições públicas, fundamentada em dispositivos legais que asseguram sua legitimidade. Sua organização se dá a partir da formação de uma equipe multiprofissional, responsável por planejar, executar, coordenar e avaliar as ações propostas. Esse grupo realiza inicialmente o mapeamento do público participante identificando o perfil e as demandas específicas dos servidores. A partir dessas informações é elaborado um cronograma de atividades que pode ser presencial, híbrido ou remoto, definindo a periodicidade, a carga horária e o número de encontros.

As atividades são estruturadas em eixos temáticos, que abordam aspectos financeiros até questões relacionadas ao tempo livre, ao lazer, à convivência social e familiar e a ressignificação do papel do aposentado. Para tanto, são utilizados recursos metodológicos como palestras, rodas de conversa, dinâmicas em grupo, favorecendo a troca de experiências e construção coletiva de estratégias para uma transição mais tranquila dessa nova fase. Assim, este capítulo 2 se estrutura a partir da abordagem de algumas das principais temáticas trabalhadas nos PPEA, evidenciando os eixos que orientam as reflexões propostas nesses espaços.

2.1 A identidade sob o peso da alienação no capital⁷

De acordo com Seidl e Gandolfo (2014), comprehende-se que a identidade é um conceito complexo, fluido, quando analisamos etimologicamente o conceito, notamos que a raiz latina *idem* significa “o mesmo”, o que nos remete à noção de algo imutável. Infere-se através de Seidl e Gandolfo (2014) a conotação que o termo adquiriu na contemporaneidade relaciona-se à metamorfose, a processo e transformação contínuos, de modo que a identidade seria um constante “estar sendo”. Entende-se com Seidl e

⁷ A produção teórica de Identidade sob um viés crítico, se encontra reduzida e assim predominando a visão psicologizante. Dessa forma, por não se encontrar o debate dessa temática em uma perspectiva crítica, recorreu-se a outras abordagens teóricas, fazendo-se assim uma discussão limitada sobre Identidade e Trabalho. Por isso, é relevante destacar que Karl Marx, em suas análises, aborda questões sobre a subjetividade, assim para um maior aprofundamento nesse aspecto, recomenda-se a leitura de sua obra.

Gandolfo (2014) que corrobora com essa ideia ao afirmar que as identidades variam por toda a vida, já que são moldadas a partir das decisões que os indivíduos tomam, dos caminhos que percorrem, da maneira como agem e, ademais, são influenciadas pelo contexto político, social e econômico da época.

Por isso, percebe-se com Seidl e Gandolfo (2014) que a identidade se refere à forma como as pessoas pensam sobre si mesmas em relação a papéis sociais, sendo a identidade resultante da interação do indivíduo com seu meio, as identidades são construídas com base em experiências pessoais, relações interpessoais e expressões culturais do contexto social. Na sociedade capitalista a construção da identidade não é fruto apenas de uma escolha individual, mas sim um processo estruturante da sociedade, que condiciona o trabalhador a se reconhecer como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho.

Para os trabalhadores, mesmo quando inseridos em relações alienadas e causadoras de estranhamento, sob domínio do capital, o trabalho se apresenta como elemento central na constituição da identidade, do pertencimento, sendo a forma central de afirmação da objetividade do ser social na sociedade moderna. Não possuindo assim uma concepção crítica sobre sua inserção real no processo produtivo, dessa alienação e estranhamento, mas o trabalho adquire centralidade na vida das pessoas e, por essa determinação, mesmo que haja negação de sua potencialidade essencialmente humana, ele se constitui por essência como atividade eminentemente humana e de desenvolvimento humano, portanto, eis a contradição na coexistência da dimensão positiva e negativa do trabalho.

Sendo o momento da aposentadoria, o momento de ruptura com a única forma de trabalho conhecida: a assalariada e a impossibilidade aparente de realizar outras atividades práticas e humanas que não o trabalho sob o domínio alheio, o trabalho que realize a si e sua essência. Com a emergência e consolidação do modo capitalista de produção, a alienação e o estranhamento tornaram-se um fenômeno social, na sociedade do consumo e do descartável esse processo é ainda mais avassalador e violento (Veroneze, 2015). Em grande medida, induz e provoca condições precárias de trabalho e de vida a homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho (Veroneze, 2015). A precarização do trabalho, é um traço marcante do trabalho contemporâneo e das novas formas de relações de trabalho, se apresenta como multifacetada e está relacionada aos agravos à saúde do trabalhador na contemporaneidade, sejam eles de ordem física ou psíquica (Navarro, 2016).

Nesse sentido, Navarro (2016), traz que o processo de trabalho neste tipo de sociedade passa a ser cada vez mais submetido ao processo de valorização, onde o que importa é o valor de troca das mercadorias, e não apenas o seu valor de uso, sua utilidade. Se a vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicitá o ser social (Antunes, 2018). Entretanto, ao final do século XX, a promessa capitalista de pleno emprego não foi cumprida, o desemprego estrutural (Navarro, 2016).

E como reflexo disso a intensificação, precarização e maior controle sobre o trabalho, os adoecimentos de ordem psíquica têm crescido muito, ocupam o terceiro lugar em quantidade de concessões de auxílio-doença acidentários no país, segundo o Ministério da Previdência (Navarro, 2016). Sendo esse reflexo, como traz Antunes (2008, p.4) por conta do advento do capitalismo,

Em que houve uma transformação essencial que alterou e complexificou o trabalho humano. Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralizado ou mesmo tratado de modo binário e mesmo dual. Em uma sociedade capitalista, o trabalho é o maior preditor da qualidade de uma pessoa.

Para Teles (2002) no estado de sociedade atual do modo de produção e cooperação capitalista, temos esta configuração sócio-industrial, o corpo inorgânico está dilacerado, produtores alienados e estranhos aos seus instrumentos de produção e produtos para fruição, isto é, feitos mercadorias-para-a-compra. A potência social está dilacerada produtores alienados e estranhos uns aos outros, assim como alienados e estranhos à divisão mesma de seu trabalho associado, à qual pertence ao proprietário privado do capital, não-produtor, que oferece seu dinheiro sob a forma de salários-para-a-compra (Teles, 2002).

É necessário pensar a saúde do trabalhador no âmbito do contexto do modo de produção capitalista, reconhecendo suas particularidades e impactos no cotidiano da vida. Desse modo, para Antunes (2008), um dos maiores desafios da humanidade é dar sentido ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido, instituindo uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho.

Nesse processo, acabam assumindo características inferiores à sua própria condição humano-genérica, ou mesmo, passam a expressar sentimentos, atitudes,

hábitos, costumes, culturas, formas de expressões estranhas à sua própria natureza (Veroneze, 2015). Infere-se através de Soares et al. (2007), o sentimento de desamparo, de ruptura com o estabelecido é pesado e penoso, tendo em vista que, para muitos, o ambiente de trabalho é um verdadeiro lar. Na aposentadoria, o vínculo com o trabalho que durante toda a vida ocupou e organizou o tempo, como um espaço de construção da identidade e dos relacionamentos sociais, é interrompido de forma abrupta (Zille e Hoffmann, 2017).

A autoatividade estranhada, o capitalismo, em que, no mesmo ato em que os indivíduos associados produzem e reproduzem, eles perdem e sacrificam seu corpo inorgânico e sua potência social (Teles, 2002). As forças essenciais industriais e a potência social dos trabalhadores livres da sociabilidade capitalista estão, então, disponíveis para a venda, mas somente se eles próprios se vendem como instrumento de produção coletivo (Teles, 2002).

Assim, infere-se com Soares et al. (2007), ocorre ao sujeito uma espécie de morte social, tendo em vista que a aposentadoria é, por vezes, vivenciada como a perda do próprio sentido da vida. Nesse sentido, Soares et al. (2007), comprehende que ato de se aposentar impõe conflitos permeados pelo papel central do trabalho no processo de constituição identitária dos sujeitos, especialmente na sociedade atual que preceitua a supervvalorização da produtividade e do capital.

Depreende-se com França, Menezes e Macedo (2013), que a aposentadoria no processo de tomada de decisão como consequências de longo prazo, que implicam a reestruturação e a redução do comprometimento psicológico em relação ao trabalho e sua substituição progressiva por outras atividades. As reflexões de França et al. (2013), apontam os fatores como idade, sexo, condição de saúde, condição socioeconômica, condição geral do parceiro e características do emprego poderiam reter os trabalhadores mais velhos por mais tempo no mercado de trabalho.

No sistema capitalista, há um antagonismo entre duas classes sociais, de um lado estão aqueles que detêm o capital e os meios de produção, e do outro, aqueles que somente têm a força de trabalho e a vendem para sua sobrevivência (Veroneze, 2015). Nesse sentido, às consequências do avanço da industrialização, da tecnologia, da ciência e da globalização e que contribuíram, substancialmente, para o assolamento dos direitos humanos, civis, políticos, sociais e culturais (Veroneze, 2015).

Os trabalhadores assalariados recebem, para a produção e reprodução de toda a sua vida produtiva, não mais que o custo econômico de seu controle social pela

propriedade privada o controle socioeconômico que os produz e reproduz como instrumentos de produção e mercadorias do "modo de vida" capitalista (Teles, 2002). Modo de vida em que, justamente, os agentes produtivos só podem agir sob os limites e barreiras de seu modo histórico de controle socioeconômico, ou seja, só podem agir, seja mediante a propriedade privada, o dinheiro circulante (Teles, 2002).

Quando o indivíduo está diante da necessidade de tomar a decisão em relação à aposentadoria, surgem questionamentos relacionados aos sentimentos humanos e valores que podem interferir nesse processo (Figueira et al., 2017). De forma simplista, o homem aposentado está na contramão do projeto social de sujeito trabalhador ao qual se condicionou durante a maior parte da vida (Soares et al., 2007).

Com isso, infere-se com Martins e Borges (2017), que o trabalho é um dos pilares da constituição da identidade dos sujeitos, é por meio dele que as pessoas se colocam diante da sociedade, criam redes e constroem conhecimento. Diante disso, é compreensível a importância e a valorização do trabalho pelo homem, este se constitui em uma das principais fontes de significados para os sujeitos (Soares et al., 2007).

Nesse contexto, entende-se através de Martins e Borges (2017), que o trabalho que as pessoas têm a oportunidade de serem reconhecidas pelos seus méritos e encontrar a forma de se colocar no mundo. Assim, Soares et al., 2007, destaca a importância de se construírem novas fontes de satisfação com a aposentadoria, substituindo-se os estímulos gratificantes relacionados à identidade profissional por novas formas de busca pelo prazer, os trabalhadores muito comprometidos com o trabalho enfrentam dificuldades para deixar a empresa ao se aposentar (Martins e Borges, 2017).

Para Teles (2002) a economia política parte do trabalho como da própria alma da produção e, no entanto, ela dá nada ao trabalho e tudo à propriedade privada, essa aparente contradição é a contradição do trabalho estranhado consigo mesmo, e que a economia política apenas exprime as leis do trabalho estranhado. O fato econômico atual, a realidade dilacerada do trabalho estranhado dos seres humanos, sob o modo de produção e cooperação capitalista (Teles, 2022). A contradição interna do trabalho social estranhado, que, num mesmo ato vital, produz sua riqueza e sua desapropriação, que cria corpo inorgânico e potência social sob a forma social estranhada de mercadoria e concorrência (Teles, 2022).

Uma grande parte de nossos contatos sociais e de nossa identidade deriva de contextos profissionais, é difícil represar o que acontece ali em “papéis” delimitados, como se o trabalho fosse apenas uma parte desimportante de nossa vida, que não teria

efeito algum sobre o resto dela (Henning, 2017). No âmbito do trabalho, no interior das economias capitalistas, estamos inseridos numa insólita estrutura composta de vontade livre e coerção, via de regra, ninguém nos força a um determinado trabalho e, no entanto, estamos expostos a coerções anônimas, sem trabalho não há renda (Henning, 2017).

Ao lutar pela sobrevivência, de modo a sanar suas carências e necessidades, os trabalhadores precisam ainda lutar por melhores condições de trabalho e de vida, por condições básicas para a vida em sociedade (Veroneze, 2015). Contudo, a luta pela valorização da riqueza humana implica ainda em proposições e ações onde a ética, a ação política e os direitos humanos, sociais e culturais se sobressaiam (Veroneze, 2015).

A economia política esconde o estranhamento na essência do trabalho, porque ela não considera a relação direta entre o trabalhador (o trabalho) e a produção, ela considera tão-só a ação da propriedade privada, a qual possui o trabalho social enquanto sua ferramenta (Teles, 2022). E considera, como a forma de sociabilidade naturalmente própria dos seres humanos, a concorrência de todos contra todos, a divisão do trabalho e troca são os dois fenômenos que fazem com que a economia política se gabe do caráter social de sua ciência (Teles, 2022). Fazendo com que, inconscientemente, ela exprima, num só fôlego, a contradição de sua ciência, a fundação da sociedade através do interesse privado (Teles, 2022).

Com a indecisão diante da aposentadoria, ele começa a analisar as opiniões externas, de familiares, amigos e colegas de trabalho, que por muitas vezes influenciam a complexa tomada de decisão que o momento da vida exige processo (Figueira et al., 2017). Assim, visa-se reforçar que essa nova etapa pode ser tão gratificante quanto às vivências das fases anteriores, desde que possibilite o desenvolvimento pessoal, preservando-se a autoestima e desvinculando-se a ideia na qual só se obtém satisfação por meio de atividades laborativas (Soares et al., 2007).

Como traz Martins e Borges (2017), o que poderá influenciar essa vivência será a trajetória de vida, as relações sociais, bem como o grau de centralidade do trabalho em sua vida. Entende-se com Zille e Hoffmann (2017), que a aposentadoria não é sinônimo de envelhecimento, no entanto, para a sociedade, em que impõe a prática do capitalismo, tem relação com a improdutividade econômica, por defasagem de conhecimentos e, muitas vezes, é associada à velhice.

Assim, Soares et al. (2007) traz o quanto a identidade está relacionada com a trajetória profissional, onde há sintomas de medo, inquietude, baixa auto-estima e, em

alguns casos, até depressão, devido ao afastamento do trabalho. Infere-se com França e Soares (2009) que há trabalhadores que gostariam de mudar o estilo de vida, ajudando o próximo ou a sociedade, ou mesmo dedicar mais tempo aos amigos, à família, aos estudos ou ao lazer.

A palavra alienação como apresentado no subtítulo 1.3 alienação na sociedade capitalista do capítulo 1, aponta que significa que algo se torna estranho para nós, algo que, em regra, não experimentamos como estranho; ou seja, que uma expectativa é frustrada, dizendo-o honestamente, passamos muito mais tempo no trabalho do que com nossas famílias ou parceiros (Henning, 2017). A jornada de trabalho de muitas pessoas abrange um terço do dia: oito horas ou mais, somando-se ainda o tempo gasto nos trajetos (horas extras, parcialmente remuneradas, e “bicos” não são exceções), e isso nas melhores décadas de suas vidas (Henning, 2017).

Desnudar o estranhamento na essência do trabalho, mediante a consideração da relação direta do trabalhador com a produção, a relação direta do trabalho mesmo com todas as suas forças essenciais sociais e industriais, que se encontram, trabalho e forças essenciais, no capitalismo (Teles, 2022). Da propriedade privada na questão da relação do trabalho alienado com a marcha de desenvolvimento da humanidade, pois quando se fala de propriedade privada, acredita-se que se tem de tratar com uma coisa exterior ao homem (Teles, 2022).

Quando se fala de trabalho, tem-se, então, que tratar diretamente com o homem, isso significa desvelar o estatuto ontoprático da história humana enquanto história da criação e incremento das forças essenciais pessoais dos próprios homens, criadas e incrementadas por sua atividade vital. O trabalho, suas forças essenciais objetivas, sua subjetividade de forças essenciais objetivas e sua força essencial genérica, objetiva e subjetiva. Ou seja, a história da constituição do corpo inorgânico e da potência social dos indivíduos, pela atividade sensível desses indivíduos desde sempre associados, sob formas de sociabilidades específicas em que contradições e destruição são também produzidas (Teles, 2022).

Esse processo do indivíduo de se apropriar do que advém da sociedade e de escolher o que deve compor sua identidade está intrinsecamente vinculado à noção de valor, a construção da identidade pessoal pressupõe assumir determinados valores de modo a se definir com relação aos outros e consigo mesmo (Seidl; Gandolfo, 2014). Quando da entrada na aposentadoria e frente a perda relevante de atividades laborais que fazem sentido na vida, algumas pessoas podem vivenciar a chamada “crise” de

identidade (Seidl; Gandolfo, 2014).

A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista com o trabalho, ou como se queira nomear o senhor do trabalho, a propriedade privada é, assim, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado (Teles, 2022). A propriedade privada resulta, pois, da análise do conceito do trabalho alienado, quer dizer, do homem alienado, do trabalho estranhado, da vida estranhada, do homem estranhado (Teles, 2022).

Se a propriedade privada aparece como o fundamento, a causa do trabalho alienado, ela é muito mais a sua consequência, da mesma forma que os deuses originariamente não são a causa, mas o efeito da aberração do entendimento humano (Teles, 2022). Mais tarde, essa relação converte-se em ação recíproca, é somente no ponto culminante do desenvolvimento da propriedade privada, a grande indústria e o mercado mundial, que esse seu mistério se põe de novo em evidência, qual seja, que, de um lado, ela seja o produto do trabalho alienado (Teles, 2022).

De acordo com Teles (2002), a viragem radical cujo estatuto ontoprático desvela o trabalho social dos seres humanos como o verdadeiro produtor histórico de toda a riqueza de sua essência humana, e também como a verdadeira origem ou eixo estrutural do atual modo de vida estranhado do capitalismo. E no que diz respeito às forças essenciais do trabalho social, fica demarcado que elas encarnam todo o movimento de estranhamento dessa sua fonte, a propriedade privada, que domina o trabalho, domina imediatamente suas forças essenciais (Teles, 2022).

A propriedade privada reina, então, por toda parte, por todo o espaço da essência humana, como uma potência inumana, que se interpõe entre o ser humano e seus instrumentos de produção e produtos fruíveis e entre o ser humano e sua própria atividade (Teles, 2022). Convertendo a força essencial do corpo inorgânico na força essencial estranha do mundo das mercadorias, e a potência social da cooperação irremediável na força essencial genérica reprimida da concorrência universal (Teles, 2022).

Em suma, explorando, para a sua própria reprodução lucrativa, as forças essenciais sócio industriais dos seres humanos, o que a propriedade privada explora (desapropria e destrói) é a rica essência humana dos indivíduos associados: ela empreende, por todo o seu espaço ôntico, a exploração universal da essência comunitária humana (Teles, 2022). Diante da análise sobre a construção da identidade sobre o peso da alienação, no próximo tópico trataremos da aposentadoria enquanto

espaço tensionado entre crise e a liberdade. Pois a forma como o sujeito vivencia o fim da vida laboral está intimamente ligada à maneira como se construiu sua trajetória de vida.

2.2 Aposentadoria entre crise e liberdade

A transição para a aposentadoria é um fenômeno vivenciado de forma heterogênea entre os trabalhadores, alguns sofrem com o possível rompimento dos laços de amizade, da convivência diária, da rotina estabelecida em anos de dedicação ao trabalho formal e de uma identidade profissional construída ao longo da carreira (França, 2014). Outros se adaptam mais facilmente, não vivenciam esse afastamento do trabalho com sofrimento e nem tampouco o associam a um rompimento (França, 2014).

A partir de França (2014) comprehende-se que essa dualidade de sentimentos referentes à aposentadoria como “crise ou liberdade”, ou seja, de um lado estão os que vivenciam esse fenômeno como crise e, de outro, aqueles que percebem a aposentadoria como uma oportunidade de mudança, de uma vida com mais autonomia e prazer. Além disso, planejar-se com antecedência também é requisito fundamental para uma aposentadoria bem-sucedida, pois promove atitudes positivas e aumenta a satisfação com a aposentadoria em comparação aos que não se planejaram (França, 2014).

Sendo assim, conhecer quais características diferenciam uma aposentadoria com ou sem qualidade de vida é a melhor forma de se adaptar a essa fase e poderá ajudar na decisão de se aposentar bem como na elaboração de um planejamento eficiente (França, 2014). França (2014) aponta as condições associadas à aposentadoria como crise que são comportamentos de não aceitação da condição de aposentado, ausência de projetos de vida fora do trabalho, associação de aposentadoria à velhice, morte, inutilidade e ausência de objetivos em suas vidas, assim como o fato de não trabalhar, em consequência da aposentadoria, era vivenciado com sentimentos de fracasso, inutilidade e impotência.

Na perspectiva da liberdade, França (2014) aponta que a aposentadoria liberdade consiste na percepção da aposentadoria como um acontecimento positivo e uma situação de não crise. Infere-se com França (2014), que estes trabalhadores não se limitam às suas identidades apenas à ocupação profissional, sendo associado à construção de projetos de vida antes e após a aposentadoria, como por exemplo, efetuar atividades de lazer e intelectuais, à concepção da aposentadoria como período de

realização (França, 2014). Bem como de liberdade e de poder, à dedicação a atividades que lhes dão prazer, sem a rigidez de cumprir horários (França, 2014).

Sendo assim, recursos designados como positivos envolvem fatores ou variáveis que reduzem o impacto da crise na aposentadoria, tais fatores têm potencial para atenuar a magnitude da crise, protegendo o indivíduo das adversidades (França, 2014). Essas variáveis podem estar relacionadas a recursos como autoestima, autoeficácia, autonomia, coesão familiar e rede de apoio social (França, 2014). Dentre os recursos para uma aposentadoria satisfatória estão a prática de atividade física, o lazer e a ingestão de alimentos saudáveis, estes são comportamentos preventivos que podem proporcionar uma vida ativa, com saúde e longevidade (França, 2014).

Através das reflexões de Zille e Hoffmann (2017) além da perda do status profissional, há perda do status social e quanto mais o indivíduo estiver envolto em círculos sociais, praticar atividades físicas e ser constantemente estimulado intelectualmente, menores serão as suas chances de caminhar em direção à demência.

Nesse contexto, França e Soares (2009), traz a relação da identidade pessoal e a aposentadoria, e encontrou duas maneiras de encarar a aposentadoria: enquanto crise (através da recusa em aceitar essa situação ou da volta ao trabalho por sobrevivência), e a liberdade (através da assistência aos familiares ou da busca do prazer através do lazer).

Assim, França e Soares (2009, p. 747) afirmam que

Dessas duas modalidades, os primeiros continuam trabalhando, geralmente na mesma atividade profissional, ou podem procurar outra ocupação, no sentido de buscarem melhor forma de sobrevivência, uma vez que os vencimentos de aposentados não lhes permitem se sustentar. Eles têm dificuldade em aceitar a aposentadoria e, por isso, continuam trabalhando; sendo assim, estes seriam os que mais necessitam de um apoio, mas a recusa em aceitar a aposentadoria os impede de procurar ajuda.

Compreende-se que muitas experiências, histórias, lutas e conquistas são compartilhadas no ambiente de trabalho. Em alguns casos, as amizades se restringem a ele, e ajudam o trabalhador a desenvolver a resiliência e a produzir estratégias para as circunstâncias perturbadoras (Figueira et al., 2017). A integração social no trabalho proporciona melhor qualidade de vida e de labor, gera prazer, confiabilidade, além de ser um apoio ao enfrentamento das adversidades, tornando o ambiente mais agradável (Figueira et al., 2017).

O trabalhador é visto no processo de produção como uma mercadoria, as

relações de trabalho se transmutam em relações mercadológicas, contratuais e de exploração, apartando o trabalhador do processo de produção e do produto produzido, causando (Veroneze, 2015). Assim, a alienação e o estranhamento do trabalhador frente ao seu trabalho criam valor e mais-valor e é apropriado pelo capitalista, cabendo somente ao trabalhador à condição de assalariamento (Veroneze, 2015).

Além disso, numa sociedade do trabalho, há fortes expectativas sociais que também exercem uma pressão conformista, fazendo com que o fato de não trabalhar tenha de ser explicado (Henning, 2017). Portanto, a aposentadoria é um luto, havendo a necessidade de elaboração e construção de novos sentidos para a vida. Para uma travessia de forma saudável, alguns aposentados possuem como estratégia, a ocupação com outras atividades e reinserção em novos grupos sociais (Zille; Hoffmann, 2017). Entende-se com Zille e Hoffmann (2017) que nesse sentido, é comum que na aposentadoria haja mudança no padrão de vida do aposentado.

Além das questões orgânicas e psicológicas, soma-se às questões de cunho social. Há mudança do referencial de vida, ou seja, o aposentado passa da condição de trabalhador para ex-trabalhador, de ativo para inativo, de contribuinte da previdência social para beneficiário (Zille e Hoffmann, 2017). Por isso, comprehende-se através de Zille e Hoffmann (2017) que essa identidade é um marco na vida do indivíduo que decreta a velhice, mesmo que, biologicamente, não se enquadre nessa fase.

Assim, essa transição para a aposentadoria não é algo apenas individual ou subjetivo, ela é atravessada por construções sociais e objetivas que reforçam a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos, a sociedade capitalista reforça a ideia de que o reconhecimento social está condicionando unicamente ao trabalho, entretanto, é necessário resistir a essa lógica que reduz os sujeitos a sua função no processo do trabalho, a aposentadoria não deve ser tratada como um momento de perda da identidade, mas como uma oportunidade de valorização dessa uma nova etapa de vida.

Pois, condicionados pela lógica do capital, as relações sociais da vida cotidiana ficam impregnadas de valores capitalistas, individualistas e mercantis (Veroneze, 2015). Desde o momento do nascimento até o final da vida, os indivíduos sociais estão inseridos na relação de compra e venda, desde as coisas mais primárias para a sobrevivência até as necessidades subjetivas e espirituais (Veroneze, 2015).

Nesse viés, percebe-se com Zille e Hoffmann (2017) que alguns fatores sociais e econômicos são fundamentais para o enfrentamento sadio da aposentadoria, tais como o nível de escolaridade, condições de moradia, idade, recebimento de benefícios

previdenciários ou de proteção social, rendas alternativas, contato com parentes e amigos, dentre outros. O desequilíbrio trazido pela perda da identidade e do vínculo com o trabalho é uma circunstância que exige do sujeito mecanismos de adaptação (Zille; Hoffmann, 2017).

Como aborda Zille e Hoffmann (2017), mesmo com a centralidade do trabalho, não se reduz todos os problemas enfrentados em decorrência da aposentadoria. É inegável que tem um papel fundamental nesse processo e a sua condução, principalmente, no suporte social e familiar e em programas de preparação para esta etapa da vida, o que poderia minimizar os efeitos deletérios para os indivíduos (Zille; Hoffmann, 2017). A partir das reflexões de, infere-se que podemos supor que experiências de alienação numa modernidade tardia, desenvolvida de modo neoliberal, voltem a crescer no contexto de uma crise permanente (Henning, 2017).

Por isso, diante da extensão da expectativa de vida, é imperativo olhar para os aposentados. O indivíduo, bem como sua família e organização, precisa estar preparado para este momento, fazendo com que o aposentado não fique à margem da sociedade, constituindo-se, portanto, um tempo de novas realizações (Zille; Hoffmann, 2017). Nesse sentido, afirma-se a importância dos programas de preparação e educação para aposentadoria, onde as abordagens de caráter multidisciplinares englobando todos aspectos da vida do sujeito auxiliam para uma transição dessa fase ser mais segura.

Ademais, infere-se com Antunes e Moré (2016) que pensar sobre o envelhecimento exige analisar as tensões entre os processos biológicos e psicossociais de vida, atentando para as particularidades da história de cada indivíduo e do contexto no qual ele se insere. Além disso, Miranda et al. (2009) destacam que a conjuntura atual do país circunscreve um cenário de intensa e contínua deterioração das condições de vida e trabalho decorrente das condições e da atividade de trabalho, das relações intersubjetivas e suas implicações na saúde mental dos trabalhadores.

Considerando a análise de Zille e Hoffmann (2017) observa-se que do ponto de vista orgânico, o envelhecimento traz consigo algumas debilidades físicas. Dores osteomusculares são comuns, bem como o surgimento de diabetes, dispneias (muitas vezes desencadeadas por infartos e pneumonias), disúria, disfunção erétil, entre outros. A partir do pensamento de Zille e Hoffmann (2017), comprehende-se que a aposentadoria é um dos principais responsáveis por suscitar comprometimentos funcionais, no entanto, muitas vezes esse fator se torna despercebido.

Sendo assim, a velhice é uma fase que pode ser facilmente associada ao

negativismo, quando baseada na decadência física. Por outro lado, pode surgir uma nova imagem, desta vez positiva, que assume a autonomia e a liberdade da referida etapa (Minó e Mello, 2021). Liberdade está abordada com França (2014) como a promoção de uma aposentadoria que cultive a realização de atividade física, alimentação saudável, lazer, hobbies e a realização de planos com cônjuge e familiares, além do resgate ou novos laços de amizades.

Além disso, é necessário esclarecer como traz Minó e Mello (2021), sobre as possibilidades de ganhos evolutivos oriundos dessa fase de vida, e valorizar a figura do idoso, para que este tenha a oportunidade de conquistar uma vida social mais ativa e saudável. As relações sociais e consigo mesmo, se mostram como relações objetuais e coisas, imbuídas por um alto grau de alienação e reificação, como também fetichizadas, de modo que os direitos humanos e sociais são diretamente violados (Veroneze, 2015).

É imposto aos trabalhadores a obrigatoriedade de se inserirem nesse mercado nefasto para sobreviverem, já que não tem meios para mudar esta situação (Veroneze, 2015). Através de Henning, 2017), compreende-se que uma alienação do produto repousa no fato de que alguém, que não o próprio produtor, o controla, se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se ele lhe é um poder estranho, isso só é possível devido ao fato de este pertencer a outra pessoa que não o trabalhador.

Diante das argumentações de Minó; Mello (2021) pode-se perceber que a velhice pode ser exaltada por sua pluralidade de experiências individuais, já que o idoso deve ter adquirido muitos conhecimentos durante sua vida, e essa vivência o denota como detentor de grande sabedoria. Conforme exposto por Zille; Hoffmann (2017), evidencia-se que os estudos indicam que tabagismo, sedentarismo, obesidade e estresse presentes na pré-aposentadoria tendem a se acentuar comprometendo a saúde dos aposentados.

Outra manifestação que pode ser suscitada é a insônia, manifestando-se como dificuldade inicial para dormir, redução das horas de sono ou ainda o não alcance dos estágios do sono reparador (Zille; Hoffmann, 2017). A uma fragilização da saúde do trabalhador com o avançar da idade, caracterizada pelo declínio cognitivo e psicomotor, perda da capacidade funcional e autonomia, além do surgimento de doenças crônicas e utilização de mais medicamentos (Figueira et al., 2017). Por isso, é importante a busca por um estilo de vida que englobe os cuidados com a saúde ao longo da vida.

Assim, considerando a análise de Minó e Mello (2021), observa-se que afirmam que o envelhecimento é visto como um processo negativo, impregnado de estereótipos

que impedem a construção de uma identidade positiva do idoso. Nesse viés, Minó e Mello (2021), atestaram que o tema envelhecimento é intrincado, as pessoas se recusam a reconhecer as especificidades que envolvem o envelhecimento e fazem generalizações, relacionando envelhecimento, doença, privação, dependência, tristeza e frustração.

Nesse viés, é necessário a compreensão do conceito de saúde ampliado e sua relação com o envelhecimento ativo. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) afirma que a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade (Brasil; Ministério da saúde, 2018). Nesse sentido, comprehende-se que múltiplos fatores genéticos, psicológicos, sociais, étnico-raciais, de gênero, culturais e econômicos, entre outros, impactam as condições físicas e mentais das pessoas ao longo da vida (Brasil; Ministério da saúde, 2018).

Outro aspecto importante a ser considerado é a qualidade de vida na velhice, devendo-se reconhecer que, para a promoção da boa qualidade de vida na idade madura, é preciso ir além dos limites da responsabilidade pessoal (Costa et al., 2016). Além do mais, a preocupação com a relação entre saúde e o modo como está organizado socialmente o trabalho, isto é, os espaços físicos institucionais e culturais de intervenção dos sujeitos entre si, encontram-se diretamente relacionado com as concepções do trabalho (Miranda et al., 2009).

A concepção ampliada de saúde e envelhecimento, ou o envelhecimento saudável, que toma a capacidade funcional como medida de bem-estar físico, mental e social, é a meta a ser alcançada não apenas pelo setor Saúde isoladamente, mas pelo conjunto das políticas públicas (Brasil; Ministério da saúde, 2018). O objetivo é continuar fortalecendo as capacidades físicas e mentais das pessoas, fomentando e mantendo os níveis de capacidade funcional pelo maior tempo possível (Brasil; Ministério da saúde, 2018).

Após discutir os sentidos ambíguos que envolvem a aposentadoria, passaremos a análise da promoção da saúde na vida do Trabalhador. É imprescindível pensar em estratégias que possibilitem o sujeito envelhecer com dignidade e saúde, sobretudo em um contexto de precarização do trabalho.

2.3 Promoção da saúde na vida do trabalhador

Em nossa sociedade, o trabalho é mediador de integração social, seja pelo seu valor econômico (subsistência), seja pelo aspecto cultural (simbólico), tendo, assim,

importância fundamental na constituição da subjetividade, no modo de vida e, portanto, na saúde física e mental das pessoas (Miranda et al., 2009). Assim, segundo as considerações de Antunes; Moré (2016), depreende-se que a promoção de saúde das pessoas em transição para aposentadoria deve estar fundamentada em um modelo integrativo de prevenção ao surgimento de transtornos e de promoção de competências, levando-se em conta os recursos de ordem individual, psicossocial e organizacional.

Conforme exposto por Minó e Mello (2021) evidencia-se que há idosos que levam uma vida repleta de bem viver, na atualidade, pesquisas comprovam esse outro lado do envelhecer, caracterizado pela positividade, saúde (vigor) e dinamismo, que traz que doenças, limitações físicas e morte ocorrem em qualquer idade. Além disso, inspirando-se nas proposições de Costa et al. (2016), nota-se que é preciso compreender a avaliação da qualidade de vida na velhice, implicando abordar múltiplos critérios, envolvendo determinantes ou indicadores. Estes relacionados à longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, continuidade de papéis familiares e ocupacionais, e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos) (Costa et al., 2016).

Nesse sentido, o Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde (OMS, 2015), define o envelhecimento saudável como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar na idade avançada. A capacidade funcional, por sua vez, é definida como a interação entre os recursos físicos e mentais do próprio indivíduo (a capacidade intrínseca da pessoa) e os ambientes (físicos e sociais) em que este indivíduo está inserido (Brasil; Ministério da saúde, 2018).

Para isso, a ênfase deve ser prevenir as doenças e os agravos, reduzindo os riscos, promovendo condutas que contribuam para a preservação da capacidade funcional; garantindo o correto tratamento dos problemas agudos, detectando e tratando as doenças crônicas em sua fase inicial (Brasil; Ministério da saúde, 2018). Importante ressaltar a importância de a sociedade estar atenta aos sinais de violência de todas as ordens física, psicológica, sexual, econômica, abandono e negligência a pessoa idosa.

Além do mais, romper com os estereótipos e preconceitos relativos à pessoa idosa é essencial. Com base nas reflexões de Zille e Hoffmann (2017), entende-se que muitas vezes, de forma velada e inconsciente, a sociedade considera a aposentadoria

como sinônimo de velhice, de decadência da vida, de proximidade de sua finitude, de peso social e de período cercado de muitos adoecimentos. As pessoas nessa condição podem sofrer com a discriminação, preconceito e também com o isolamento social e familiar, em que o sentimento vivenciado é de improdutividade e de inatividade (Zille; Hoffmann, 2017).

É importante desmistificar as representações sociais negativas, assim como acepções e conceitos contraproducentes, para impedir a exclusão dos idosos na sociedade, situação comumente observada é alarmante em todo o mundo (Minó; Mello, 2021). Portanto, a identidade do idoso não precisa ser sinônimo de declínio, perda de força ou potência, nesse sentido, é preciso romper com os mecanismos que levam aos pensamentos negativos sobre o envelhecimento, isso conduz ao caminho de toda a humanidade (Minó; Mello, 2021).

E para que isso seja possível é importante a construção de um projeto de vida que visa o envelhecimento ativo e saudável. A aposentadoria é um período de transição e mudanças fortemente associada à perda do trabalho. Ela pode representar um reconhecimento pelos anos dedicados ao trabalho e um momento de liberdade para realização de atividades que o trabalho privou (Figueira et al., 2017). O evento da aposentadoria não afeta somente o indivíduo, mas também aqueles que o cercam, a dedicação quase exclusiva à identidade de trabalhador acaba, em muitos casos, por prejudicar o desempenho dos demais papéis sociais, dentre os quais o familiar (Soares et al., 2007).

Contudo, através de Henning (2017), depreende-se que a alienação não se revela apenas no resultado, mas também no ato de produção, no interior da própria atividade produtiva. Isso leva o indivíduo a não se afirmar em seu trabalho, mas sim a se negar a não sentir-se bem, mas sim infeliz, a não desenvolver energias psíquicas ou intelectuais livres (Henning, 2017). Podemos, assim, rapidamente nos tornar estranhos a nós mesmos. Segundo relatos, esse é exatamente o sentimento de esgotamento emocional: ao cinismo forçado em relação às próprias emoções (Henning, 2017).

Por outro lado, Soares et al. (2007), aborda que a vida conjugal e o convívio com os filhos costumam ser deixados de lado, e o retorno ao lar, após a aposentadoria, faz com que o sujeito estranhe ou até mesmo desconheça verdadeiramente as pessoas com as quais convive. Considerando a análise de Costa et al (2016), observa-se que a aposentadoria coincide com fenômenos como “ninho vazio”, período compreendido entre o momento em que o último filho deixa a casa e ocorre a morte de um dos

parceiros, perda de participação social, tempo livre, entre outros. Soares et al. (2007, p.10) discorrem que

Normalmente, são poucos os momentos de interação em casa, entre o pré-aposentado e os demais integrantes da família. Este fato faz com que todos os familiares se percebam com rotinas claramente definidas. Quando isso é modificado, nascem conflitos em torno da necessidade de um novo “lugar”, na casa, para aquele que agora se faz mais presente. Muitas vezes, também, um novo “lugar” nos relacionamentos começa a existir, a partir das novas percepções decorrentes desta reconfiguração familiar.

Além disso, ao longo dos anos de trabalho, são criados vínculos e desenvolvidos afetos que podem tornar maiores as dificuldades do rompimento (Costa et al., 2016). Conforme exposto por Azevedo e Carvalho (2006), evidencia-se que uma boa qualidade de vida na velhice não é atributo do indivíduo nem responsabilidade individual, mas um produto da interação entre pessoas em mudança numa sociedade em mudança, sendo a família o ponto principal.

Várias atividades de interesse dos sujeitos estão englobadas no trabalho, que se configura no ambiente onde ocorre grande parte do compartilhamento humano, representado por importantes fontes de troca de experiências, de relacionamentos e vivências que carregam significados psicossociais (Figueira et al., 2017). Nesse sentido, como afirma Azevedo e Carvalho (2006) que o ser humano sofre interferências do meio em que vive, e com a indecisão diante da aposentadoria, ele começa a analisar as opiniões externas, de familiares, amigos e colegas de trabalho, que por muitas vezes influenciam a complexa tomada de decisão que o momento da vida exige.

Inspirando-se nas proposições de Azevedo e Carvalho (2006), nota-se que pesquisas sobre as relações familiares de lazer na população brasileira indicam que as atividades no meio familiar mudam conforme a fase da vida. E que o lazer ocupa espaço significativo na vida em família, principalmente nas redes de relações que se estabelecem (Azevedo e Carvalho, 2006). À luz das reflexões de Azevedo e Carvalho (2006), asseguram que se tem verificado uma mudança, em lugar de uma cessação de envolvimento nas relações após a aposentadoria.

Acredita-se que os pré-aposentados, cujas famílias e amigos influem positivamente na decisão da aposentadoria, terão atitudes mais otimistas frente aos ganhos totais, ao tempo para os relacionamentos e a um novo começo na aposentadoria (Figueira et al., 2017). A partir do pensamento de Azevedo e Carvalho (2006), defende que o padrão de lazer dos aposentados difere, em vários aspectos marcantes, do padrão

dos mais jovens. A pessoa que envelhece pode se afastar mais acentuadamente de algum tipo de lazer e de pessoas, enquanto permanece próximo a outros.

Por isso, Figueira et al. (2017), aponta que ao considerar a relação conjugal, os cônjuges possuem uma representatividade importante nesse momento da vida, sendo que, quanto mais satisfatória a relação conjugal e o companheirismo, maior a propensão à aposentadoria. Tendo em vista as reflexões de Azevedo e Carvalho (2006), entende-se que onde sua retração talvez venha acompanhada de maior preocupação consigo próprio e certas instituições na sociedade podem tornar essa retração mais fácil para ela, no caso a família.

Considerando a análise de Antunes et al. (2015), observa-se que a aposentadoria, comumente, é considerada um recomeço nos diversos âmbitos da vida e os relacionamentos familiares ocupam lugar de destaque nos projetos para este período. A literatura sobre apoio social e rede de relações sociais na velhice propõe que a manutenção de relações sociais com o cônjuge, com os familiares e com os amigos da mesma geração favorece o bem-estar psicológico e social dos idosos (Azevedo; Carvalho, 2006).

Como afirma Antunes, Soares e Moré (2015) a aposentadoria do cônjuge também ocasiona mudanças na rotina, seja na vida daquele que já estava aposentado ou na organização familiar. Por isso se faz necessário um planejamento na qual envolve a família e assim todos se sintam parte desse processo. As mudanças no cotidiano envolvem todos os membros da família, ocorrendo um estranhamento dos seus filhos, os quais passaram a conviver com a experiência de ter ambos os pais em casa e em tempo integral (Antunes et al., 2015).

Além disso, problematiza-se a questão, do aposentado em assumir os compromissos dos filhos, é possível que o aposentado passe a funcionar para tratar das responsabilidades de outros membros da família, deixando de usufruir o tempo livre de que dispõe (Antunes; Soares; Moré 2015). A partir das ideias de Antunes et al. (2015), é possível inferir que são estabelecidas novas demandas na organização familiar, as quais provocam uma reformulação do cotidiano e dos costumes já estabelecidos. Com base nas reflexões de Azevedo e Carvalho (2006), comprehende-se que, é um momento, como assegura, em que pais e filhos, ambos adultos, podem compartilhar como iguais e isso pode configurar uma grande e intensa transformação.

Nesse sentido, Azevedo e Carvalho (2006), discorrem que o círculo familiar do aposentado representa um local privilegiado do seu lazer, onde os parentes se encontram

para uma convivência festiva. Inclusive as novas amizades que frequentam a casa são trazidas pelos filhos (Antunes; Soares; Moré 2015). Na pós-aposentadoria ganha destaque a rede de relações formada com o círculo familiar e as velhas amizades. As novas amizades são apenas circunstanciais, originadas em grupos da mesma geração, motivadas por viagens, por exemplo (Azevedo; Carvalho, 2006).

Como defende Azevedo e Carvalho (2006), a aposentadoria passa a ser um período que pode ser dedicado a tarefas/atividades prazerosas, tais como: cuidar da saúde praticando atividades físicas; cuidar da casa sempre abandonada pela falta de tempo ou delegada a terceiros; viajar com o cônjuge. Na pós- aposentadoria, volta-se para o círculo familiar, “a casa”, que se distingue como espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim de tudo aquilo que define a nossa ideia de “calor humano” (Azevedo; Carvalho, 2006).

Nesse sentido, afirma Azevedo e Carvalho (2006), que nesta trama de relacionamento familiar com filhos, noras, genros, netos e esposa, o aposentado idoso tem a oportunidade de estabelecer contatos intergeracionais. Outro ponto que influencia na decisão de aposentar é como afirma Figueira et al. (2017), é a influência dos colegas de trabalho na tomada de decisão da aposentadoria. Muitos incentivam o trabalhador a optar pela aposentadoria, seja pelo desejo de ocupar seu lugar, seja por acreditarem na necessidade de renovação da força de trabalho.

Ao expressar indagações referentes à saída ou permanência do pré-aposentado em suas atividades laborais, os colegas de trabalho o conduzem a uma reflexão referente à sua representatividade para a instituição e suas perspectivas de futuro (Figueira et al,2017). Para Figueira et al. (2017) outro fato é a falta daqueles colegas que já aposentaram, e assim, percebem-se em um ambiente que já não lhe é familiar, ou quando surge a mágoa com aqueles que permanecem atuando no local de trabalho, gerando conflitos.

Mas também, algumas influências geradas no trabalho levam o pré-aposentado ao desejo de adiar a aposentadoria, fortemente associados com as relações de amizade ali firmadas, relacionadas com a confidencialidade e suporte emocional (Figueira et al., 2017). E para que essa decisão seja satisfatória, Figueira et al. (2017) ressalta que as instituições empregadoras devem elaborar estratégias que preparem o trabalhador para a aposentadoria, a fim de estimulá-lo a refletir sobre sua vida pessoal e profissional, apoiando o planejamento de projetos de vida que proporcionem uma estruturação da vida pós-carreira.

Para alguns trabalhadores como afirma Azevedo e Carvalho (2006) esse momento é visto na forma prazerosa, por “estarem liberados” das obrigações profissionais rotineiras, dos horários, o que lhes possibilita se lançar em novas atividades, investir mais no relacionamento familiar e levar um estilo de vida mais relaxado e com autonomia. Além de que alguns demonstram entusiasmo por ter a oportunidade de fazer novas amizades. Entretanto, as pessoas não se reúnem com aqueles que escolheram por algum tipo de afinidade, mas com os que lhe são apresentados para conviver (Azevedo; Carvalho, 2006).

Sendo que, incluindo o lazer nas relações familiares, o aposentado, com sua experiência, sabedoria e sua maior riqueza, que é ter tempo livre, pode colaborar na integração dos seus familiares através da prática desinteressada do lazer (Azevedo; Carvalho, 2006). O lar do aposentado e de sua família pode se tornar um centro de animação cuja missão principal é a alegria de viver juntos, assegurando um estilo de vida com dignidade, valorizando e identificando nas redes de relações do lazer na família (Azevedo; Carvalho, 2006). Em síntese, observa-se a importância da família e dos amigos que pertencem ou não ao ambiente de trabalho na tomada de decisão de se aposentar e as possíveis mudanças provocadas nas relações familiares e/ou de amizade (Figueira et al., 2017).

A aposentadoria, seguindo esse raciocínio, representa uma fase de inúmeras mudanças, e que pode oferecer oportunidades de novos aprendizados, ou seja, momento oportuno para construção de novos projetos, as quais dependerão das habilidades e dos objetivos de vida de cada pessoa (Carneiro; Silva, 2022). De acordo com Carneiro e Silva (2022) a chegada da aposentadoria, que frequentemente, se dá simultaneamente com o processo de envelhecimento e os problemas advindos desse processo, contudo não obrigatoriamente, é um fenômeno de grandes transformações.

Nesse viés, a partir do pensamento de Carneiro e Silva (2022) comprehende-se que a construção do projeto de vida é uma configuração humana, e como qualquer projeto evidencia o futuro, onde o sujeito de sua história pressupõe a realização de algo de forma analítica e articulada no tempo que virá. À luz das reflexões de Carneiro e Silva (2022), verifica-se que essa fase não representa o fim da vida, mas o início de uma nova maneira de viver, na qual a pessoa pode se dedicar às atividades que lhe proporcionam prazer e autovalorização.

Assim, através de ações ligadas à cultura, lazer, esportes, trabalhos manuais, filantropia, entre outros, permitem ao empregado que está prestes a se aposentar fazer

uma transição paulatina entre sua vida laboral e sua vida pós-aposentadoria (Soares et al., 2007). À luz das reflexões de Costa et al. (2016), verifica-se que, são cinco os aspectos relacionados ao bem-estar no envelhecimento, sendo o financeiro, os relacionamentos sociais, intimidade, físico e um senso de propósito.

No senso de propósito estão inseridas a segunda carreira, o voluntariado, um projeto pessoal, uma atividade cultural e esportiva, um tipo de aprendizagem, ou outra atividade que ofereça um sentido para a vida. Soares et al. (2007) traz que certas atividades podem ser consideradas verdadeiros antídotos contra depressão e outras insatisfações de um tempo ocioso, pois favorecem a incorporação de novas opções de identidade social e de reforço da autoestima. Considerando a análise de Soares (2009) observa-se que o processo pós aposentadoria pode estar incorporado a um novo começo que representa a oportunidade de experimentar um trabalho provisório, um trabalho de consultoria ou ingressar em atividades de voluntariado.

A contemporaneidade trouxe em seu bojo transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial, com implicações para os modos de ser dos sujeitos e suas formas de agir na sociedade (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). Tais transformações, ao produzirem um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas categorias teóricas chaves na área das ciências humanas e sociais, dentre as quais identidade e trabalho (Coutinho; Krawulski; Soares 2007).

As reflexões até aqui apresentadas apontam para a compressão do trabalho como elemento constitutivo da identidade do sujeito, assumindo um papel central na vida do trabalhador. No entanto, é importante considerar que essa concepção não é unânime. Já autores que contrapõem tais argumentos, oferecem outras leituras sobre o lugar do trabalho na sociedade e essa relação com a identidade dos indivíduos.

Sendo assim, o conceito de identidade, por sua vez, vem sendo questionado por diferentes áreas do conhecimento, desconstruindo a ideia de uma identidade única, integral e originária e criticando os modelos essencialistas de compreensão do tema (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). A identidade tem sido apresentada como um conceito dinâmico, adotado frequentemente para compreender a inserção do sujeito no mundo e sua relação com o outro (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). Pensar esta inserção implica reconhecer uma concepção dialética entre indivíduo e sociedade, na qual um se identifica e se transforma a partir do outro: o sujeito assimila a realidade e reproduz ativamente sua experiência social (Coutinho; Krawulski; Soares 2007).

Compreende-se através de Coutinho, Krawulski e Soares (2007) diversos outros autores associam o estudo da identidade com processos psicossociais através dos quais o indivíduo se desenvolve historicamente como pessoa e como membro de uma sociedade. Constituindo suas identidades pessoal e social, como processos indissociáveis. Entretanto, cabe destacar que entendemos socialização como um processo de apropriação da vida cotidiana, pois o sujeito é, desde sempre, um ser social (Coutinho; Krawulski; Soares 2007).

Nesse sentido, infere-se a partir de Coutinho, Krawulski e Soares (2007) que o termo identidade social tem sido empregado, no campo da Psicologia Social, para referir-se à pertença a grupos sociais e ao lugar ocupado por estes na constituição identitária de cada um. Depreende-se com Coutinho, Krawulski e Soares (2007) que cabe questionar concepções estáticas sobre identidade e reafirmar a ideia de movimento e, mais do que isto, de metamorfose, o processo de permanente transformação do sujeito humano, que se dá dentro de condições materiais e históricas dadas.

Nesse viés, comprehende-se através de Coutinho, Krawulski e Soares (2007) que a vulnerabilidade da identidade individual frente às pressões do ambiente social, no qual a perda da identidade seria consequência da incapacidade do sujeito de defender-se destas pressões. Destaca, ainda, o papel fundamental exercido pelo conflito na evolução do sujeito, sendo a conquista da identidade o resultado da vitória nas relações sociais cotidianas, pois o sujeito foi capaz de impor sua diferença na relação com o outro (Coutinho; Krawulski; Soares 2007).

As identidades modernas estão entrando em colapso, porque um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades desde o final do século passado, trazendo como resultado a fragmentação das paisagens culturais de classe, sexualidade, nacionalidade etc., que, no passado, nos forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). Diante das argumentações de Coutinho, Krawulski e Soares (2007), pode-se perceber que as transformações sociais provocam mudanças também nas identidades pessoais, ao desestabilizar a ideia de si próprio como sujeito integrado, fazendo-o perder a estabilidade do sentido de si mesmo.

Nesse sentido, infere-se através de Coutinho, Krawulski e Soares (2007) que as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Este conjunto de mudanças afetou de modo decisivo o mundo do trabalho, expressando-se

particularmente no crescimento do desemprego e na precarização das formas de trabalho e dos direitos do trabalhador (Coutinho; Krawulski; Soares, 2007).

Como consequência, são observadas profundas transformações na própria configuração da classe trabalhadora, incorporando não só o proletariado fabril, mas a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). Nesse viés, Coutinho, Krawulski e Soares (2007), aborda que é interessante avaliar os desdobramentos da atividade laboral, considerando o atual contexto regido pela égide capitalista, para os processos identitários dos trabalhadores.

A partir das ideias de Coutinho, Krawulski e Soares (2007), comprehende-se no capitalismo contemporâneo, o trabalho flexível, temporário, terceirizado, com ênfase no curto prazo, diminui as possibilidades de as pessoas desenvolverem experiências e construírem uma narrativa coerente para suas vidas. Sendo possível entender-se com Coutinho, Krawulski e Soares (2007) que sob a lógica capitalista, modificam-se a natureza do trabalho, seus modos de organização e de gestão e, principalmente, as relações interpessoais que os trabalhadores estabelecem no contexto laboral.

O reconhecimento de que o atual arranjo societário, em suas ações produtivas, resulte em desdobramentos de tal ordem nos processos identificatórios dos trabalhadores por meio de sua atividade profissional traz subjacente a compreensão de que o trabalho (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). Enquanto fenômeno ao qual os atores sociais são convidados a vincular-se em algum momento de seu ciclo vital, é elemento constituinte da subjetividade humana e, portanto, de sua identidade (Coutinho; Krawulski; Soares 2007).

Assim, as mudanças características do atual contexto produtivo repercutem nas diferentes dimensões da vida social e, de um modo bastante peculiar, nas relações do homem com sua atividade laboral, uma vez que tais relações têm gerado sentimento de insegurança, estranhamento e incerteza (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). Nesse contexto, Coutinho, Krawulski e Soares, 2007, p.34, apontam que

A concepção do trabalho como um elemento imprescindível para a construção da identidade do sujeito deve ser, portanto, repensada à luz das várias transformações no mundo produtivo, examinando-se as articulações ainda são possíveis de serem estabelecidas entre os conceitos de identidade e trabalho, em um contexto no qual, inegavelmente, são modificadas as construções identitárias. Neste exame, é necessário ter em conta as contradições que permeiam a relação homem-trabalho contemporânea, como o caso de processos de inserção profissionais morosos e sofisticados, paralelamente a carreiras fugazes.

Portanto, a fragmentação, e as novas configurações de tempo e espaço, próprias dos contextos societários contemporâneos, no mundo laboral, especificamente, se concretizam nos processos identitários dos trabalhadores quando estes vivenciam momentos de transição e/ou interrupção em seu papel profissional (Coutinho; Krawulski; Soares 2007). Sendo assim, a aposentadoria é um momento para (re)construir o projeto de vida a curto, médio e longo prazos, priorizando os seus interesses e as atitudes que precisa tomar para realizar seus projetos pessoais e familiares (França; Soares, 2009). Para França e Soares (2009) a elaboração de projetos é uma característica essencialmente humana, que inclui não somente a intenção de realizar algo para o futuro, mas também a de viver a própria vida como um projeto.

Com base nas reflexões de França e Soares (2009) há o entendimento que ao mesmo tempo em que o projeto é o momento que integra em seu interior a subjetividade e a objetividade, é também o momento que funde, em um mesmo todo, o futuro previsto e o passado recordado. E para que essas reflexões sejam possíveis, poderá ser utilizado o instrumento da autobiografia orientada, proposta pelo gerontólogo James Birren (França; Soares, 2009), que incentiva a auto-estima e a habilidade para controlar a própria vida. O projeto implica uma dimensão temporal, o futuro, sob forma de antecipação, e a noção de abertura, como algo ainda não determinado, um porvir (França; Soares, 2009).

Auxiliando a abordagem de temas como o trabalho, o papel do dinheiro, a saúde e a imagem do corpo, amor e ódio, identidade sexual, família, experiências com a morte e outras perdas, aspirações, metas, valores e influências que sejam significativas para as pessoas (França; Soares, 2009). Os projetos pós aposentadoria são os mais diversificados, entre eles, as atividades relacionadas a atividades prazerosas, constam: a realização de sonhos do passado, a busca por maior convívio familiar (resgatar afetos) (França; Soares, 2009).

Assim como afirma França e Soares (2009), os projetos ligados ao lazer como realizar viagens, atividades artísticas, aprender a tocar um instrumento musical, pintura, desenho, promover encontros sociais (cozinhar para os amigos) e hobbies em geral. Por isso, reorientar projetos de futuro na aposentadoria é, como explica França e Soares (2009, p.748),

Auxiliar a romper o vínculo com a antiga profissão para poder ir em busca da verdadeira escolha de uma atividade que responda às necessidades da pessoa e também para facilitar ao indivíduo a compreensão de seu progresso em suas

sucessivas “escolhas”, auxiliando-o a ver a relação existente entre as diversas decisões que vai tomando ao longo da vida profissional, a fim de projetar um futuro com qualidade de vida e realizações.

A partir das ideias de Minó e Mello (2021), é possível inferir que, exalta o envelhecimento ativo, no qual existem situações de aprendizagem para que se desenvolvam novas habilidades e conhecimentos. Tendo em vista as reflexões de Carneiro e Silva (2022), entende-se que o que faz muita diferença são os ajustes no pós-carreira. Quem vai se aposentar deve ser o gerenciador de seu projeto de vida, administrando suas perdas, contudo, alcançando seus desejos e perspectivas em função de suas possibilidades.

A partir do pensamento de Martins e Borges (2017), comprehende-se que, destaca que não trabalhar, como no caso do sujeito se aposentar, pode privar o sujeito de um espaço de auto expressão, o que também pode ser danoso à saúde. Conforme exposto por Martins e Borges (2017), evidencia-se que a questão não é escolher entre trabalhar e não trabalhar, mas qual trabalho exercer.

Para isso, inspirando-se nas proposições de Martins e Borges (2017), nota-se que se deve realizar as atividades associativas, políticas, artísticas e educativas e assim ao se aposentar de um trabalho formal, existem várias formas de se obter a gratificação que aquele proporciona. Com base nessas reflexões sobre saúde e trabalho, o próximo item será dedicado ao planejamento financeiro e previdenciário. Pensar sobre a aposentadoria demanda também uma análise crítica sobre os aspectos econômicos que envolvem.

2.4 Planejamento financeiro e previdenciário

À luz das reflexões de Carneiro e Silva (2022), verifica-se que a transição para a aposentadoria pode gerar ansiedade, principalmente pela falta de planejamento que auxilie os sujeitos a desfrutar dessa nova fase da vida. Para auxiliar nesse processo, as empresas e órgãos públicos desenvolvem ações de orientação e ou de preparação para a aposentadoria. Com base nas reflexões de Carneiro e Silva (2022), infere-se que devem dentre outros fatores, buscar a orientação para um trabalho de autoconhecimento, revisão de prioridades e elaboração de novo projeto de vida para a nova fase da vida, bem como auxílio aos participantes na busca de descobertas de novas oportunidades de inserção social.

A partir das ideias de Soares et al. (2007) é possível inferir que a aposentadoria nem sempre implica o afastamento do mundo do trabalho, quer seja pela necessidade de

complementação financeira, ou mesmo pela necessidade de se sentir ativo. Segundo as considerações de França e Soares (2009), depreende-se que para que a transição de trabalho e aposentadoria seja efetivada de maneira mais tranquila, é fundamental que sejam propostos programas de preparação para a aposentadoria nas organizações, enquanto planejamento para o futuro.

Tendo em vista as reflexões de Soares et al. (2007), entende-se que vivemos em uma sociedade na qual o homem vale pelo que possui, pelo cargo ocupado, pelo status adquirido em sua relação com a atividade profissional desempenhada. Assim, o PPEA, possui desafios como identificar aqueles que desejam, precisam e têm condições de continuar no mesmo tipo de trabalho, que desejam um trabalho diferente ou mesmo que queiram se aposentar definitivamente, e apoiá-los nessa fase (França; Soares, 2009).

Diante das argumentações de Soares et al. (2007) pode-se perceber que a dificuldade em se afastar da atividade laborativa tende a ser proporcional ao grau de satisfação obtido, seja no desempenho do trabalho em si ou no grupo formado por intermédio do trabalho. Por isso, é fundamental que sejam analisadas as atitudes dos trabalhadores diante das perdas e os ganhos que acompanham essa transição, de forma que os ganhos possam ser reforçados e o impacto das perdas seja contornado através do planejamento (França; Soares, 2009).

Considerando a análise de Viera, Matheis e Rosenblum (2023), observa-se que, acrescentam que os hábitos de consumo dos idosos estão baseados em sua renda pré-aposentadoria. A partir do pensamento de Viera, Matheis e Rosenblum (2023), comprehende-se que o cálculo para reserva adequada para aposentadoria deve estar sustentado sobre a expectativa e o padrão de vida, além de manter o bem estar financeiro. Conforme exposto por Zille e Hoffmann (2017, p.90), evidencia-se que pode haver dificuldades financeiras,

Ocorre uma preocupação ao aposentado. Apesar dos casos de rendimento vitalício, esse valor pecuniário, na maioria das vezes, é menor do que recebia enquanto trabalhava. Ainda ocorre perda dos benefícios, denominada remuneração indireta, como vale-alimentação, refeição, comissões, plano de saúde, cesta básica, entre outros. A maioria desses benefícios são utilizados de forma discricionária pela organização, não são incorporados ao salário e, por sua vez, não são considerados para os cálculos previdenciários. Soma-se a essa questão o aumento de gastos, sobretudo com a saúde.

À luz das reflexões de Viera; Matheis; Rosenblum (2023), verifica-se que a realidade brasileira aponta que alguns aposentados necessitam permanecer trabalhando

para manter o estilo de vida financeiro pré-aposentadoria, bem como há um contingente de indivíduos que postergam sua aposentadoria devido à necessidade de garantia de renda. A transição para a aposentadoria pode representar uma oportunidade para a mudança profissional. (França; Soares, 2009).

Ademais, como afirma França e Soares (2009) esse trabalho pós-aposentadoria deve ser, prioritariamente, executado em horário reduzido para que esses trabalhadores possam dispor de tempo livre para o lazer, para os relacionamentos familiares e para outros projetos não ligados à vida profissional. O PPEA, auxilia nesse processo de pós-aposentadoria, no sentido de reorientação, atuando na identificação de uma nova profissão auxiliando ou reorientando a compreensão de suas escolhas anteriores e visualizando os motivos pelos quais se decidiu pelas preferências feitas, além de localizar onde reside sua insatisfação com a primeira escolha (França; Soares, 2009).

Inspirando-se nas proposições de França e Soares (2009), nota-se que a reorientação profissional pode trabalhar no resgate dos projetos profissionais que ficaram adormecidos naquele trabalhador que se iniciou em uma profissão sem ter necessariamente se questionado ou por ter se importado apenas em viver aquele momento. Entretanto, muitas vezes esses trabalhadores procuram uma nova colocação, seja pela necessidade de complementar os ganhos, pois os seus vencimentos são insuficientes, seja porque querem nova ocupação como modo de preencher o tempo vago ou até para concretizar um antigo sonho ainda não realizado (França; Soares, 2009).

Com base nas reflexões de França e Soares (2009) entende-se que, o auxílio para essa reorientação do trabalho, pode ajudar a buscar os sonhos adormecidos, a realização de projetos deixados para trás por motivos familiares e profissionais. Além disso, as reformas previdenciárias possuem impactos econômicos e sociais abrangentes em parcelas significativas da população, principalmente quando se trata de reformas realizadas em economias emergentes (Viera; Matheis; Rosenblum 2023).

Por isso, se faz necessário as orientações do PPEA na educação previdenciária, auxiliando em decisões mais conscientes. Vale ressaltar que a previdência social é parte integrante da seguridade social, rede de proteção idealizada por aqueles que participaram da elaboração e votação da Constituição cidadã (Marques; Batich; Mendes 2003), nesse sentido é um direito do trabalhador. Entretanto, a partir dos anos 90, a crescente crise fiscal-financeira do Estado, o fraco desempenho da economia e o crescimento da taxa de desemprego e do trabalho informal propiciaram o fortalecimento

do discurso sobre a necessidade de reformar a previdência social (Marques; Batich; Mendes 2003), o que impacta diretamente a vida dos trabalhadores.

A expectativa de vida dos brasileiros, atualmente, é de 73 anos, o que representa mais de 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais (França; Soares, 2009). O Brasil, em 2050, terá apenas três trabalhadores para sustentar um aposentado (França; Soares, 2009). Todas essas projeções são preocupantes, os recursos não serão suficientes para garantir o bem-estar da população que está envelhecendo (França; Soares, 2009). De um lado, temos aqueles que podem planejar se aposentar com maior tranquilidade, podendo transformar essa fase em uma oportunidade de balanço, do despertar de novas possibilidades, seguidas por um recomeço ou otimização da vida (França; Soares, 2009).

A partir das ideias de França e Soares (2009), é possível inferir que, por outro lado, a aposentadoria hoje, e especialmente no Brasil, não representa necessariamente a saída dos trabalhadores do mercado de trabalho, uma vez que muitos desejam continuar a ter uma atividade remunerada. Portanto, o envelhecimento populacional trouxe uma série de consequências e desafios para os governos (França; Soares, 2009). Grande parte desses desafios está relacionada ao alto custo das aposentadorias, a uma renda de aposentadoria digna para o futuro aposentado, à manutenção do plano de assistência médica e, ao mesmo tempo, à liberdade para os trabalhadores decidirem se devem se aposentar ou continuar trabalhando (França; Soares, 2009).

Por isso, a preparação para a aposentadoria é um recurso a ser disponibilizado pelas organizações, desde que garantida a oportunidade de escolha (França; Soares, 2009). Como afirma França e Soares (2009), a cada dia se faz mais presente a importância de um programa de educação apoiado pelas empresas e pelo governo, voltado tanto para a retenção do trabalhador mais velho no mercado quanto para o apoio a sua aposentadoria, conforme o caso.

Tendo em vista as reflexões de Schuabb e França (2020), entende-se que o envelhecimento da população foi identificado como uma das quatro megatendências que trarão uma nova configuração para o cenário mundial nos próximos 15 anos. Diante das argumentações de Viera, Matheis e Rosenblum (2023), pode-se perceber que do ponto de vista econômico, existirá um descompasso entre população ativa e aposentados que poderá impactar na qualidade de vida dos indivíduos.

A partir do pensamento de Schuabb e França (2020), comprehende-se que as previsões indicam que são necessários ajustes no sistema previdenciário brasileiro,

devido a fatores como a existência do déficit previdenciário, o peso da previdência nas contas públicas e a projeção demográfica brasileira. Conforme exposto por Viera, Matheis e Rosenblum (2023) evidencia-se que devido à redução do benefício concedido e a ampliação da idade mínima para aposentadoria, aumentar a idade de aposentadoria em um contexto de longevidade implica um aumento da desigualdade social.

À luz das reflexões de Schuabb e França (2020), verifica-se que dentro dos investimentos e recursos necessários para uma aposentadoria saudável, o aspecto financeiro é um importante pilar a ser considerado, uma vez que pode trazer limitações ou possibilidades para como se quer vivenciar esse momento da vida. Inspirando-se nas proposições de Viera, Matheis e Rosenblum (2023) nota-se que reduzir o benefício de aposentadoria significa impactar nos hábitos de consumo dos idosos e do grupo familiar ao qual pertence, visto que o cidadão começa a se preparar financeiramente para aposentadoria baseado na percepção de sua renda pré-aposentadoria.

Com base nas reflexões de Schuabb e França (2020), infere-se que o planejamento é um processo com o qual o indivíduo se compromete para garantir sua segurança orçamentária após a saída do trabalho. A partir das ideias de Buaes (2015), é possível inferir que as práticas educativas como dispositivos que oportunizem o empoderamento do consumidor, neste caso o idoso, desenvolvem habilidades financeiras, oportunizando a acessibilidade das informações e a leitura crítica dos mecanismos que impulsionam o sujeito a consumir.

Segundo as considerações de Viera, Matheis e Rosenblum (2023), depreende-se que é essencial em um cenário de déficit previdenciário e de mudanças nas regras e expectativas de renda na aposentadoria, a responsabilidade do indivíduo na tomada de decisões financeiras corretas, que lhe permitam aproveitar a vida e manter a qualidade de vida. Tendo em vista as reflexões de Viera, Matheis e Rosenblum (2023), entende-se que o propósito do planejamento financeiro para aposentadoria é assegurar que o indivíduo possua condições financeiras de manter o seu estilo de vida mesmo após a aposentadoria.

Diante das argumentações de Viera, Matheis e Rosenblum (2023) pode-se perceber que a população tem acumulado dívidas e aplicações inadequadas, chegando à idade da aposentadoria com pouco ou nenhum dinheiro. Em uma sociedade onde o aumento de famílias chefiadas por idosos com filhos e netos residindo no mesmo espaço. Considerando a análise de Buaes (2015), observa-se que o aumento de auxílio a

pessoas que convivem com o idoso torna-se muitas vezes um fator que contribui para o crescimento de dívidas.

A partir do pensamento de Buaes (2015), comprehende-se que a contratação de empréstimos funciona como uma tentativa de manutenção tanto das necessidades básicas de sobrevivência como de liquidar dívidas, podendo gerar situação de dependência e exploração financeira do idoso no contexto familiar. Nesse contexto, conforme exposto por Schuabb e França (2020), evidencia-se que a ausência do planejamento financeiro para a aposentadoria e consequente necessidade de aumento da renda aparece como decisivo para a intenção de continuar trabalhando, mesmo já apto a se aposentar.

À luz das reflexões de Schuabb e França (2020), verifica-se que como segundo principal motivo para o retorno ao trabalho, ficando atrás apenas da necessidade de se sentir produtivo. Além do mais, o crédito consignado impacta diretamente a vida dos aposentados, como afirma Moura et al. (2018), por conta da redução do valor das aposentadorias após as contrarreformas, os aposentados passaram a receber um valor inferior ao que recebiam quando estavam inseridos no mercado de trabalho. E as alternativas apresentadas pelo Estado brasileiro em aliança com o capital foram: fundos de pensão (previdência privada) e empréstimos consignados.

Inspirando-se nas proposições de Buaes (2015), nota-se que temos que considerar que o crédito, por um lado pôde promover a inclusão das pessoas idosas e de baixa renda no mercado de consumo, mas por outro, também abriu uma possibilidade de exploração das mesmas por parte dos seus próprios familiares e também das instituições financeira. Com isso Moura et al. (2018), afirma que uma das principais consequências dos empréstimos para os trabalhadores diz respeito a um amplo processo de endividamento, resultando em uma parte significativa dos salários comprometida com o pagamento de empréstimos e seus juros.

Nesse sentido, Moura et al. (2018), discorre que houve um aumento na taxa da margem de comprometimento do salário que subiu de 30% do salário recebido para 35%, consequentemente, tornando mais grave o processo de endividamento dos trabalhadores e pensionistas. Associamos o consignado ao movimento de contrarreforma da previdência que foi responsável por diminuir a previdência pública e expandir as alternativas privadas para os aposentados (Moura; Oliveira; Silva 2018).

Embora o crédito concretize de imediato a possibilidade de consumo para além do que o salário pode garantir, significa, a médio ou longo prazo, um processo de

empobrecimento e de dependência aos bancos (Moura; Oliveira; Silva 2018). Além do mais, com base nas reflexões de Buaes (2015), há a compreensão de que alguns idosos fazem o uso do crédito para outros membros da família, para melhoria da casa e ainda pagar outras dívidas, ocorrendo uma geração de dependência dos idosos quando estes tomam um crédito para outras pessoas, engendrando, inclusive, situações de violência.

Nesse sentido, a partir das ideias de Buaes (2015), é possível inferir que o analfabetismo financeiro como um problema que envolve os interesses nacionais e representa a educação financeira como vital para o equilíbrio das economias nacionais. Desse modo, conforme propõe a Buaes (2015), espera-se dos alfabetizados financeiramente que pesquisem o mercado de forma eficaz, acompanhem atentamente as empresas e exerçam poder de expulsá-las do mercado caso sejam desonestas ou indiferentes às necessidades dos consumidores.

Segundo as considerações de Castro (2022), depreende-se que além da educação financeira ser tão necessária e também importante a promoção da educação previdenciária, ao contrário das políticas de saúde e de assistência social, a Previdência Social possui caráter contributivo, o que exclui uma parcela da população ao acesso e vai na contramão dos princípios de universalidade e cobertura dos atendimentos previstos na Constituição Federal de 1998.

Nesse sentido, Castro (2022) afirma que a proposta de contrarreforma da previdência social PEC n.º 6/18 foi aprovada em 22 de outubro de 2019 pelo Senado Federal com 60 votos a favor e 19 contra. A justificativa para a aprovação da reforma, segundo o governo, seria a redução do rombo da previdência social e com isso a geração de 800 bilhões em 10 anos (Castro, 2022). As contrarreformas promovidas pelo ideário neoliberal têm utilizado como discurso a necessidade da modernização do Estado, e nesta lógica, o que vem ocorrendo é a redução do Estado com serviços públicos (Castro, 2022).

A principal medida da reforma da Previdência é a fixação de uma idade mínima (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para a aposentadoria, extinguindo a aposentadoria por tempo de contribuição (Castro, 2022). Ademais, tendo em vista as reflexões de Castro, (2022) entende-se que foi sem levar em consideração as questões de gênero, as mulheres tendem a ter duplas ou triplas jornadas de trabalho, dificultando ainda mais o acesso ao futuro benefício devido à elevação da idade mínima em conjunto com o aumento do tempo mínimo de contribuição.

No que se refere ao tempo mínimo de contribuição, foi elevado de 15 para 20

anos para os trabalhadores urbanos e rurais, porém a realidade no mercado de trabalho atual que se coloca é atravessada por alta rotatividade e empregos cada vez mais precarizados (Castro, 2022). A realidade é que a aprovação desta contrarreforma modifica o principal direito previdenciário da classe trabalhadora brasileira: a aposentadoria (Castro, 2022).

É pertinente considerar o aumento do número de idosos brasileiros, mas utilizar essa realidade como um argumento para retirada de direitos é errôneo, tendo em vista que o Estado tem outras fontes de recursos para os gastos com a previdência, mas os utiliza para outros fins (Castro, 2022). Outrossim, as propostas de reforma sobre a Previdência Social, como ressaltado anteriormente, desconsideram os aspectos de gênero, de trabalhadores rurais e do número crescente de trabalhadores informais (Castro, 2022).

Nesse viés, compreendemos que a previdência social cresceu e se desenvolveu através da contribuição obrigatória de trabalhadores do mercado formal, configurando um desenho ainda desigual no cenário brasileiro, sobretudo, em relação ao envelhecimento e ao direito às aposentadorias e outros benefícios dirigidos à classe trabalhadora (Castro, 2022). Além disso, compreendemos que os discursos que colocam a família no eixo central dos cuidados com os idosos não se constituem de maneira neutra.

Diante das argumentações de Castro (2022), pode-se perceber que há interesses políticos e econômicos que permeiam alguns discursos, a fim de favorecer um Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Ademais, os desmontes das políticas sociais promovidos pelas contrarreformas neoliberais, podem causar um efeito contrário, reduzindo a longevidade, principalmente dos idosos pobres, culminados por diversas comorbidades, acentuadas pela barreira no acesso aos serviços públicos (Castro, 2022).

Entende-se que a previdência social é um direito social conquistado através de lutas sociais. Esta política de proteção social é extremamente importante para a classe trabalhadora, sobretudo para os idosos, promovendo segurança econômica e social durante o processo de envelhecimento (Castro, 2022). E por isso, se faz necessário a educação tanto financeira quanto previdenciária, assim o trabalhador consegue refletir de forma crítica sobre os processos da sociedade vigente e a partir disso planejar o seu projeto de vida.

Portanto, diante de uma sociedade orientada pela lógica do capital, os programas

de preparação e educação para aposentadoria (PPEA) emergem como uma estratégia fundamental para ressignificar essa etapa da vida. Sendo assim, o PPEA não apenas oferece orientações práticas, mas também possibilitam reflexões críticas sobre a trajetória laboral e os sentidos atribuídos ao trabalho na sociedade capitalista. Assim, promover espaços que incentivam a uma autonomia relativa tanto política quanto financeira, fortalecendo os direitos humanos é essencial.

A discussão em torno do planejamento financeiro e previdenciário permitiu compreender que a aposentadoria, enquanto etapa significativa da vida, demanda muito mais do que medidas pontuais de organização individual, exige o enfrentamento de condições estruturais em que o trabalhador está inserido. Diante disso, nas considerações finais, serão retomados os principais eixos discutidos ao longo deste trabalho, ressaltando a importância dos Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria na construção de uma aposentadoria que valorize a autonomia, o cuidado e o reconhecimento social do trabalhador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transição para aposentadoria representa uma etapa complexa na trajetória de vida do trabalhador, marcada por desafios emocionais, sociais e financeiros. Diante disso, este trabalho teve como objetivo analisar como os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria (PPEA) se apresentam como uma ferramenta fundamental para apoiar os indivíduos nesse momento, promovendo autoconhecimento, planejamento e ressignificação da vida pós trabalho.

Ao longo deste trabalho, foi possível identificar, por meio da revisão bibliográfica, que os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria contribuem significativamente para que os futuros aposentados enfrentam essa fase com mais segurança e com mais consciência sobre os ganhos e as perdas envolvidas. O programa não atua somente na orientação sobre aspectos práticos da aposentadoria, mas também no fortalecimento das dimensões subjetivas.

Nesse contexto, a construção da presente pesquisa teve como ponto central a utilização de bibliografias especializadas da área do Serviço Social, em uma perspectiva crítica fundamentada no referencial marxista, buscando refletir sobre os programas de preparação e educação para a aposentadoria, à luz das determinações sociais mais amplas que incidem sobre a questão. No entanto, observou-se que, em alguns

momentos, a produção bibliográfica voltada especificamente para esse tema, sob o viés do Serviço Social, mostrou-se limitada. Diante disso, tornou-se necessário recorrer a outras ou fundamentações teóricas e áreas do conhecimento que, mesmo não sendo diretamente ligadas ao referencial marxista.

No subitem ‘identidade sob o peso da alienação no capital’, foi utilizado contribuições teóricas de outros campos do saber que discutem a temática da identidade, muita das análises sobre o tema são feitas sob um viés predominante psicologizante, o que acaba limitando uma compreensão mais abrangente no campo crítico. Observou-se que a oferta dos programas ainda não é universal, permanecendo restrito a algumas instituições públicas, o que limita o alcance e reforça a necessidade de expansão e institucionalização dessas políticas. Destaca-se, assim, a necessidade de aprofundar futuras pesquisas que discutam as estratégias para ampliar o acesso aos programas. A análise também evidencia que a aposentadoria não pode ser compreendida apenas como um processo individual, mas inserida nas contradições sociais e econômicas que moldam a vida dos trabalhadores.

Para essa análise foi aprofundado o trabalho como elemento estruturante da vida social no modo de produção capitalista, sendo analisada a partir de suas determinações históricas, sociais e subjetivas, destacando que aposentadoria longe de ser um simples fim natural da vida laboral, constitui-se como uma transição complexa perpassada por contradições que envolve a identidade, pertencimento, saúde e direitos sociais. Discutiu-se que o trabalho, no capitalismo, não apenas organiza a vida material, mas também molda a subjetividade e configura a forma como os indivíduos se reconhecem socialmente.

Além disso, foi abordado as transformações históricas do capital que evidenciou as profundas mudanças no mundo do trabalho, sendo que todo esse cenário impacta diretamente o acesso à aposentadoria e às condições em que ela se dá. A reflexão sobre a alienação na sociedade capitalista aprofundou a compreensão de que o trabalho, sob a lógica do capital, se transforma em um processo em que o trabalhador se vê separado do produto do seu trabalho. E esse processo de alienação não se encerra com a aposentadoria, mas vai se prolongando durante toda a vida do sujeito.

Fica evidente que a implementação do PPEA nas instituições públicas deve estar alinhada às necessidades organizacionais e o perfil dos trabalhadores, respeitando a diversidade de histórias, expectativas e possibilidades individuais. A atuação preventiva

e educativa do programa pode minimizar o impacto negativo da ruptura com o mundo do trabalho e ampliar as oportunidades de um envelhecimento ativo e saudável.

Investir em políticas de preparação e educação para aposentadoria é investir em qualidade de vida, dignidade e respeito à história de cada trabalhador. Que os programas como os Programas de Preparação e Educação para Aposentadoria continue sendo fortalecido e aprimorado através de pesquisas, contribuindo para uma sociedade mais consciente e acolhedora com aqueles que encerram importante ciclo de suas vidas profissionais.

Como contribuição final, o estudo evidencia a necessidade de ampliar a institucionalização e o alcance dos programas para os trabalhadores na sociedade em geral, como em empresas privadas, que muitas das vezes não promovem esses programas, reconhecendo-os como parte do direito social do trabalho. Além disso, é necessário a ampliação das discussões sobre os programas de preparação e educação para a aposentadoria no campo do Serviço Social e sobre a identidade e trabalho no viés crítico sob o olhar do Serviço Social.

Surgem, assim, questões que permanecem em aberto e que precisam ser aprofundadas em futuras pesquisas: como incentivar as instituições privadas a realizarem os programas de preparação e educação para a aposentadoria? Como garantir que esses programas alcancem os trabalhadores de empresas privadas? De que maneira a constituição da identidade pode ser compreendida a partir das contradições do trabalho no capitalismo?

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. **Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas.** *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26–56, maio–ago. 2021. DOI: 10.1590/15174522-116484.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 1, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000100002>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- AZEVEDO, Raquel Pedreira da Cruz; CARVALHO, Ana Maria Almeida. O lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 76-82, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2025.
- ANTUNES, Marcos Henrique; SOARES, Dulce Helena Penna; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Repercussões da Aposentadoria na Dinâmica Relacional Familiar na Perspectiva do Casal. *Psico*, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 432–441, dez. 2015. DOI: [10.15448/1980-8623.2015.4.19495](https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.19495). Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/19495>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- AZEVEDO MARQUES DE SAES, Décio. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. *Revista Novos Rumos*, Marília, SP, v. 52, n. 1, 2015. DOI: [10.36311/0102-5864.2015.v52n1.8481](https://doi.org/10.36311/0102-5864.2015.v52n1.8481). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8481>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- ANTUNES, Marcos Henrique; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Aposentadoria, saúde do idoso e saúde do trabalhador: revisão integrativa da produção brasileira. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Brasília, v. 16, n. 3, p. 248-258, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17652/rpot/2016.3.681>. Acesso em: 23 jan. 2025.
- ANTUNES, Ricardo. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 131-132, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200001>. Acesso em: 1 maio 2025.
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? *Revista Margem Esquerda*, n. 8, p. 23-40, 2006. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/LxkqK1F4gd8eDW4w38w0.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-7330200400020003>. Acesso em: 1 maio 2025.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (orgs.). **La ciudadanía negada: políticas de exclusión en la educación y el trabajo.** Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 23-40. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

BORGES, Elisa Silva; MARTINS, Lusineide Ferreira. Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 55-68, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/nDn3gsz9WrnjL6bDVsH4ZHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. Uma análise das etapas constitutivas do capitalismo e apontamentos sobre a contemporaneidade. *Revista Economia do Centro-Oeste – REOESTE*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 60-80, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm)(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm). Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas. Portaria nº 12, de 20 de novembro de 2018. Institui diretrizes gerais para promoção da educação para aposentadoria dos servidores públicos civis da União. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Edição 223, Seção I, 21 nov. 2018. p. 161. Disponível em: <https://legis.sigepe.gov.br/sigepe-bgp-ws-legis/legis-service/download/?id=0000884536-ALPDF/2019>.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: [\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm\]](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm)(https://www.google.com/search?q=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm).

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 1990.

BRASIL. Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 abr. 2009.

BUAES, C. S. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educação &**

Realidade, v. 40, n. 1, p. 105–127, jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Orientações técnicas para a implementação de Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa no Sistema Único de Saúde – SUS [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CASTAMANN, Daniela; DIAS, Jusciene Maria de Lima; SILVA, Paula Bruna da. O processo de envelhecimento na sociedade capitalista e sua relação com a política para pessoa idosa no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17.,2022, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00384.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

CARTH, James Land; JUNIOR, Sidney Lopes Sanchez; VUALA, Eduardo Albertino; NASCIMENTO, Eriksen da Silva; SOUSA, Rodger Roberto Alves de. *Desemprego estrutural: as causas do desemprego estrutural em países desenvolvidos e em desenvolvimento*. **VISTACIEN Revista Ciência do Conhecimento**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 1–15, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10182582.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. spe, p. 29-37, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400006>. Acesso em: 6 jun. 2025.

Ceolin, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 118, p. 55-72, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200003>. Acesso em: 1 maio 2025.

COSTA, AMMR., et al. Preparação para a aposentadoria. In: COSTA, JLR., COSTA, AMMR., and FUZARO JUNIOR, G., orgs. O que vamos fazer depois do trabalho? Reflexões sobre a preparação para aposentadoria [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 33-43. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n8k9y/pdf/costa-9788579837630-04.pdf>.

CARNEIRO, Maria de Fátima Carvalho; SILVA, Henrique Salmazo da. APOSENTADORIA E PROJETO DE VIDA APÓS APOSENTADORIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE CONSTRUÇÃO DE PROJETO DE VIDA APÓS-APOSENTADORIA. *Interfaces Científicas - Humanas e Sociais*, v. 9, n. 3, p. 441–452, 2022. DOI: [10.17564/2316-3801.2022v9n3p441-452](https://doi.org/10.17564/2316-3801.2022v9n3p441-452). Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/7680>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CASTRO, R. Q. S. de. PREVIDÊNCIA, CONTRARREFORMAS E ENVELHECIMENTO: uma análise sobre o impacto das mudanças no regime geral de previdência social no governo Bolsonaro frente ao processo de envelhecimento brasileiro. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, São Paulo**. Anais [...]. São Paulo: ABEPSS, 2022.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 142, p. 427-446,

set./dez. 2021. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-4240-1692>. Acesso em: 28 maio 2025.

FARIAS, Rielly Tenario Marinho; LIMA, Layana Silva; ALMEIDA, Kamilla Karinne de Oliveira. Processo de trabalho na sociedade capitalista: apontamentos sobre a questão social. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 2015**, Santa Catarina. Anais [...]. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_248.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; SOARES, Dulce Helena Penna. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 4, p. 381-388, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400007>.

FRANÇA, Cristineide Leandro et al. Intervenção breve na preparação para aposentadoria. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2013.

FRANÇA, L. H. DE F. P.; et al. Aposentar-se ou continuar trabalhando?: o que influencia essa decisão? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 548–563, 2013.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; LEITE, Soniárlei Vieira; SIMÕES, Fabrícia Prado; GARCIA, Thaysa; ATALIBA, Patrick. Análise dos Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) desenvolvidos por instituições públicas brasileiras. *Revista Kairós-Gerontologia*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 59-80, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-901X.2019v22i1p59-80>.

FIGUEIRA, D. A. M.; et al. Retirement decision-making influenced by family and work relationships. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 206–213, mar./abr. 2017.

GASPAR, Ricardo Carlos. Trabalho e capital: considerações contemporâneas. *Pesquisa & Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, São Paulo, v. 11, n. 2(18), p. 44–67, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11999>. Acesso em: 1 maio 2025.

HENNING, Christoph. Alienação no trabalho. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 37-57, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/10980/7113>

HOFFMANN, C. D.; ZILLE, L. P. Centralidade do trabalho, aposentadoria e seus desdobramentos biopsicossociais. **Revista de Educação a Distância**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 83-102, mar. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/2179-8834/2017v22n1p83-102>. Acesso em: 28 jan. 2025.

IORA, Iátko Matheus Leporassi. Alienação e exploração do trabalho em Karl Marx: atualidade e contribuições à sociologia contemporânea. *Revista Contraponto*, v. 7, n. 3, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/109032>. Acesso em: 1 maio 2025.

KARAM, Cinara Menegotto Cavalheiro; PEREIRA, Alexandre Macedo; MINASI, Luis Fernando. A contradição entre trabalho ontológico e trabalho no modo de produção capitalista na perspectiva marxista. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 5–21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7443/problemata.v11i1.46902>. Acesso em: 1 maio 2025.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; GOULART, Patrícia Martins. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 130, p. 467–486, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.119>. Acesso em: 1 maio 2025.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide. Aposentadoria: crise ou liberdade? In: MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SEIDL, Juliana (org.). **Programas de Educação para Aposentadoria: como planejar, implementar e avaliar**. Novo Hamburgo: Sinopsys Editora, 2014.

MIRANDA, F. A. N.; CARVALHO, G. R. P.; FERNANDES, R. L.; SILVA, M. B.; SABINO, M. G. G. Saúde mental, trabalho e aposentadoria: focalizando a alienação mental. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 62, n. 5, p. 711-716, set./out. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672009000500010>.

MINAS GERAIS. Decreto nº 47.517, de 18 de outubro de 2018. Cria o Programa de Preparação para a Aposentadoria dos Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47517/2018/>.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SEIDL, Juliana (org.). *Programas de educação para aposentadoria: como planejar, implementar e avaliar*. 1. ed. Novo Hamburgo, RS: Sinopsys Editora, 2014. 320 p. ISBN 978-8564468207.

MINÓ, Nádia Marota; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz de. Representação da velhice: reflexões sobre estereótipos, preconceito e estigmatização dos idosos. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 273-298, 2021. DOI: [10.31423/oikos.v32i1.9889](https://doi.org/10.31423/oikos.v32i1.9889).

MOURA, Rivania; OLIVEIRA, Sara Cristina Silva de; SILVA, Raila Neris de Oliveira. Crédito consignado e seu impacto na vida dos aposentados. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 16., 2018, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória, ES: ABEPSS, 2018.

MARTINS, L. F.; BORGES, E. S. Educação para aposentadoria: avaliação dos impactos de um programa para melhorar qualidade de vida pós-trabalho. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 55-68, 2017. DOI: 10.20435/inter.v18i3.1496.

MARQUES, R. M.; BATICH, M.; MENDES, Á. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo Em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-121, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-8839200300010001>.

NAVARRO, Vera Lúcia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 14-20, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326396004>. Acesso em: 1 maio 2025.

NAVARRO, Vera Lucia. Precarização do trabalho e saúde do trabalhador. *Revista Coletiva*, Recife, n. 19, maio/jun./jul./ago. 2016. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-precarizacao-e-trabalho-precarizacao-do-trabalho-e-saude-do-trabalhador>. Acesso em: 06 mar. 2023.

PEREIRA, Alexandre Macedo; DOLCI, Lucina Netto; COSTA, Leila Sales da. Trabalho ontológico e o processo de trabalho no modo de produção capitalista nas atuais exigências da realidade no Brasil. *Revista Magistro*, v. 2, n. 14, p. 145, 2016. Acesso em: 19 maio 2025.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. *Taylorismo, fordismo e toyotismo*. *Revista Perspectiva Sociológica*, n. 16, p. 65-75, jan./jun. 2015.

RIBEIRO, T. C. A formação do trabalhador na sociedade capitalista. *Revista Trabalho Necessário*, v. 17, n. 32, p. 242-260, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i32.p28311>. Acesso em: 1 maio 2025.

RAMOS, Alexandre Luiz. Acumulação flexível & Direito do Trabalho. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 15, n. 22, p. 76-89, 2º semestre de 1997. Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capital financeiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.134>. Acesso em: 1 maio 2025.

SOUZA, Daniela Neves de. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 1, p. 1-12, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82561>. Acesso em: 1 maio 2025.

SCHUABB, Thaís Cravo; FRANCA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Planejamento Financeiro para a Aposentadoria: Uma Revisão Sistemática da Literatura Nacional sob o Viés da Psicologia. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 73-98, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.50791>.

SOARES, D. H. P.; COSTA, A. B.; ROSA, A. M.; OLIVEIRA, M. L. S. de. Aposenta-Ação: programa de preparação para aposentadoria. *Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 12, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.4984>.

SILVA, Marlize Paulo da; MELO-SILVA, Lucy Leal. Preparação para a aposentadoria: intervenção em um serviço público municipal. *Revista Empírica*, v. 11, n. 2, p. 198-215, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p198>.

SEIDL, Juliana; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Identidade, Valores e Novas Perspectivas Profissionais. In: MURTA, Sheila Giardini; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; SEIDL, Juliana (org.). **Programas de Educação para Aposentadoria: como planejar, implementar e avaliar**. Novo Hamburgo: Sinopsys Editora, 2014.

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital: contradições e controvérsias. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 121-129, 2013. Disponível em:
<https://doi.org/10.5007/1980-3532.2013n10p121>. Acesso em: 1 maio 2025.

TELES JUNIOR, Jaime França. “Forças essenciais” nos Manuscritos econômico-filosófico de 1844 de Karl Marx. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2002.

VERONEZE, Renato Tadeu. A exploração do trabalho e o Serviço Social brasileiro: um posicionamento ético-político na direção dos Direitos Humanos e Sociais. *ARACÉ – Direitos Humanos em Revista*, Vitória, ano 2, n. 3, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/504>

VIEIRA, Kelmara Mendes; MATHEIS, Taiane Keila; ROSENBLUM, Tamara Otilia Amaral. Preparação financeira para aposentadoria: análise multidimensional da percepção dos brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 91, p. e1705, 2023. DOI: 10.1590/1808-057x20221705.en. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/212685>. Acesso em: 23 jan. 2025.